

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

Guilherme Nercolini Miranda

**O Luso-Tropicalismo nos Livros Didáticos:  
Uma comparação Brasil-Portugal**

Florianópolis

2014

GUILHERME NERCOLINI MIRANDA

**O Luso-Tropicalismo nos Livros Didáticos:  
Uma comparação Brasil-Portugal**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
História como requisito parcial para  
obtenção de título de bacharelado e  
licenciatura em História pela  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Dias da  
Silveira.

Florianópolis

**2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miranda, Guilherme Nercolini

Expansão Portuguesa e a colonização do Brasil: Uma comparação Brasil-Portugal / Guilherme Nercolini Miranda; orientadora, Aline Dias da Silveira - Florianópolis, SC, 2014. 65 páginas.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Colonização 3. Memória 4. Identidade 5. Gilberto Freyre 6. Portugal 7. Brasil 8. Lusotropicalismo. I. Aline Dias da Silveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Guilherme Nivalini Miranda matricula  
n.º 08161049, entregou a versão final de seu TCC cujo título é  
O Luso-Tropicalismo nos livros didáticos: com as devidas correções sugeridas pela  
banca de defesa. uma comparação Brasil-Portugal

Florianópolis, 09 de dezembro de 2014.

Alim Dias de Lencin

Orientador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

### ATA DE DEFESA DE TCC

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala trezentos e doze, bloco 'D' do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Aline Dias da Silveira**, Orientadora e Presidente, pelo Professor **João Klug**, Titular da Banca, e pela Professora **Elisa Paula Marques**, Suplente, designados pela Portaria nº 36/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Guilherme Nercolini Miranda**, subordinado ao título: “**Expansões Portuguesas e a colonização do Brasil: Uma comparação Brasil-Portugal**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora **Aline Dias da Silveira** a nota final 9,5, do Professor **João Klug**, a nota final 9,5, e da Professora **Elisa Paula Marques**, a nota final 9,5; sendo aprovado com a nota final 9,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> **Aline Dias da Silveira** *Aline Dias da Silveira*

Prof. **João Klug** *João Klug*

Prof.<sup>a</sup> **Elisa Paula Marques** *Elisa Paula Marques*

Candidato **Guilherme Nercolini Miranda** *Guilherme Nercolini Miranda*

Obs: A banca sugeriu a mudança de título para:

“ O Luso-Tropicalismo nos Livros didáticos: uma comparação

## **Agradecimentos**

Durante toda a minha caminhada pela graduação tive apoio de pessoas que sempre me incentivaram a crescer. Porém, acima da própria graduação, tenho a felicidade de conviver com pessoas que, além de me incentivarem, me dão suporte e carinho, algo imprescindível para mim. Primeiramente, portanto, gostaria de agradecer a minha mãe, Ana Maria, e pai, Hélio, por terem sempre me dado todo o suporte e amor necessário durante todos esses anos de estudos. Agradeço também as minhas duas irmãs, Ana Karina e Mariana, que sempre estiveram comigo, desde pequeno, me dando todo o apoio e carinho que sempre precisei. Em especial, gostaria de agradecer também a Maria Isabel de Moura Silva Miranda, minha companheira durante esses últimos cinco anos, que me ajudou sempre que possível com todo o suporte, leituras, revisões, conversas, auxílios e muito amor com o qual me deu forças para seguir em frente. Um muito obrigado a todos vocês, que fazem de mim uma pessoa melhor.

Agradeço a professora Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Vulfe Nötzold e a todos do Laboratório de História Indígena, onde trabalhei com grandes pesquisadores que me ajudaram muito em minha caminhada pela universidade. Agradeço ainda a dois professores que me auxiliaram a construir este trabalho, primeiramente ao Dr. Saul Gomes, da Universidade de Coimbra, que me ajudou a refletir sobre o tema do trabalho a seguir e a professora Dr<sup>a</sup>. Aline Dias da Silveira, que me ajudou a amadurecer o projeto e a construir este trabalho.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos os meus amigos e colegas que, durante boa parte do meu percurso, estiveram ao meu lado. Agradeço aos meus amigos dos tempos de colégio e aos meus novos amigos dos tempos da universidade. Todos são importantes para mim, e fico agradecido por ter tido a oportunidade de conhecer cada um de vocês, porém gostaria de agradecer em especial a Daniel Mello, Eduardo Fernandes, Felipe Barbosa, Lucas Machado de Oliveira e Mateus Kinatz, grandes amigos que estão comigo a mais de dez anos me ajudando com conversas e aventuras.

## **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação memorial e identitária entre Portugal e Brasil. Estes são dois países com relações históricas e culturais entrelaçadas, onde regularmente os dois povos sentem-se quase irmãos, companheiros de um passado conjunto. Ambos, porém, interpretam e se relacionam com os eventos do passado de modos distintos. Pretendo, através de uma análise comparativa, perceber como estes dois povos se relacionam com a vinda de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e a colonização do Brasil, utilizando três grupos de fontes diferentes: a historiografia clássica de ambos os países, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e livros didáticos dos dois países. Através destas, busco relacionar a memória coletiva estabelecida sobre estes eventos nos dois países com as identidades nacionais construídas de cada um, procurando, assim, não apenas as semelhanças como também as diferenças e as disputas que estas duas nações vão travar pela memória do nascimento do Brasil.

Palavras-chave: Colonização; Memória; Identidade; Gilberto Freyre; Portugal; Brasil; Luso-tropicalismo.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Eu e o outro .....	18
1.1 - Expansões marítimas portuguesas e a chegada dos portugueses ao Brasil .....	19
1.2 - Portugal e Brasil - colonizadores e colônia .....	22
1.3 - Identidade e Memória, uma disputa pós-colonial.....	25
2. Um discurso em disputa: o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.....	27
2.1 - Sociologia e o luso-tropicalismo. ....	28
2.2 - O Luso-tropicalismo e a tropicologia. ....	30
2.3 - O luso-tropicalismo em disputa.....	33
3. Análise comparativa entre livros didáticos portugueses e brasileiros .....	37
3.1 – Antecedentes da viagem de Cabral e a política externa portuguesa .....	40
3.2 – A viagem de Cabral e o descobrimento do Brasil .....	44
3.3 – Primeiros contatos e colonização.....	46
3.4 – Povos indígenas e a relação cultural na colonização .....	48
3.5 - Influências historiográficas e o luso-tropicalismo.....	51
3.6 - Memória e identidade nos livros didáticos .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57
ANEXOS .....	61

## INTRODUÇÃO

No ano de 2013, tive o prazer de viajar e estudar um ano na Universidade de Coimbra, em Portugal. Desde sempre fui atraído por este país, um pouco por sua cultura e muito pela ligação histórica que existe com o Brasil. Foram centenas de anos de colonização e uma troca cultural rica e intensa. Os principais motivos de meu intercâmbio eram, além de conhecer uma nova cultura, a de olhar a história através de outro viés, a do colonizador. Diversas disciplinas na universidade chamaram-me a atenção, como "História dos países africanos de expressão portuguesa" e "História dos Descobrimentos". Porém, não apenas o lado acadêmico me interessava como também o dia a dia, por isso procurei conversar com as pessoas, ler textos e jornais e me inserir nas discussões acerca do tema *colonização* e *descobrimentos*. Este convívio me trouxe muitas reflexões acerca do modo como cada um dos povos reflete a ideia de colonização e das expansões portuguesas, e foi através deste convívio diário que comecei a indagar algumas questões acerca do que estava vivendo. Durante a disciplina de *História dos Descobrimentos*, decidi trabalhar sobre a desconstrução da expressão “descobrimentos” pela historiografia latino-americana, trabalho da qual tive o prazer de apresentar o lado brasileiro do tema para uma turma de alunos de história portugueses, que viam apenas um lado da temática. Pude, com isso, apresentar um pouco das minhas reflexões, e demonstrar como um mesmo evento histórico possui diversas memórias construídas. Para ajudar na evolução do meu trabalho, o professor da disciplina recomendou ampliar a discussão, utilizando o autor Gilberto Freyre. O suporte do professor Saul Gomes foi de grande valia e abriu as portas para pensar um pouco mais sobre este tema e como ele foi se transformando através do tempo. Foi através deste conselho que se originou a ideia do seguinte trabalho.

O tema, portanto, não se delimita em perceber a construção da memória sobre um evento histórico, mas sim analisar diversos campos sobre este evento. Procuo perceber como variados sujeitos sociais de cada um dos dois países percebe, analisa, explica e constrói a memória e a identidade de seu respectivo povo, através dos mesmos acontecimentos. Para isso, busco utilizar três elementos importantes para a análise:

historiografia clássica<sup>1</sup>sobre o tema das expansões portuguesas e colonização, a teoria luso-tropicalista criada por Gilberto Freyre e livros didáticos. O primeiro elemento analisado, no caso os historiadores clássicos, foi escolhido pela sua respectiva importância em seus países de origem, já que os seis pesquisadores selecionados tiveram cada um uma importante reflexão sobre o tema estudado. Foram selecionados três historiadores portugueses e três brasileiros, abrangendo obras da década de 30 até os anos 90. A escolha dos historiadores clássicos tem relação com os outros dois elementos que serão abordados, pois além de serem importantes formadores de memória, são eles que geralmente são utilizados pelos livros didáticos, além de terem vivido num período similar ao de Gilberto Freyre, ou seja, tiveram contato com as ideias luso-tropicalistas do autor pernambucano.

O segundo elemento de análise será Gilberto Freyre. O sociólogo brasileiro trouxe através do luso-tropicalismo não só uma teoria, mas um novo modo de perceber as colonizações portuguesas no continente africano e americano. Analisar Gilberto Freyre e repensar a colonização e o império português através de suas obras abre um campo ainda mais significativo sobre os estudos das expansões e colonizações portuguesas. Seus livros foram referência em seu tempo, e sua relação com os dois países são um importante objeto para entender sua teoria. Não apenas pode-se notar a própria visão do autor, como também trazem reflexões acerca do modo como os portugueses vivenciam e vivenciaram seu passado expansionista e colonizador. Ainda é fácil perceber, ou ler, ideias luso-tropicalistas sobre as colonizações na África, Ásia e no Brasil, persistindo assim um imaginário orgulhoso dos lusitanos, quase como um modo de se posicionar ao mundo um passado grande e glorioso, contrário a atual situação do país. Percebem-se ainda as ideias de Freyre em segmentos da sociedade portuguesa atual. Porém, Freyre não apenas vai influenciar o imaginário português, como também o brasileiro. Ideias como a da miscigenação, democracia racional dentre outras farão parte da história do Brasil durante boa parte do século XX, sendo usadas por interesses de diversos segmentos da sociedade brasileira. Estudar Freyre é, por consequência, analisar o imaginário brasileiro e português do mesmo período sobre o tema em questão.

---

<sup>1</sup> Quando busquei definir a minha pesquisa, procurei escolher historiadores que tiveram uma ativa importância na recriação e propagação de algumas das memórias sobre os eventos históricos estudados. Dentre os autores brasileiros decidi utilizar pesquisadores que tiveram uma relevante influência na historiografia de sua época e também a historiografia contemporânea, tendo sido destacados estudiosos em suas áreas e tendo influenciado gerações de novos pesquisadores com seus métodos e suas pesquisas. No caso português, procurei seguir a mesma linha, escolhendo as mais relevantes obras dos autores selecionados e utilizado alguns dos autores mais referenciados no tema.

Por fim, pretendo alcançar os dias atuais através de uma análise comparativa entre seis livros didáticos de oitavo e sétimo ano do ensino fundamental. Irei analisar três livros didáticos portugueses, todos do oitavo ano do ensino básico e três livros didáticos brasileiros, todos do sétimo ano do ensino fundamental. Os seis livros didáticos são aprovados pelo Ministério da Educação de seus respectivos países e estão sendo utilizados pelas escolas das referentes nações no atual ano de 2014, sendo livros amplamente divulgados pelas escolas de ensino público. Através deste diagnóstico, proponho pesquisar como são ensinados os eventos da expansão portuguesa e colonização, para isso pretendo elaborar diversas categorias para perceber uma variedade de temas que abordo durante minha monografia. Através deste terceiro momento, portanto, procuro perceber como os elementos citados anteriormente se relacionam com o momento atual dos dois países, e como a construção da memória coletiva de ambos se relaciona com os temas abordados.

Busquei, portanto, como objetivo primário perceber através da análise das três fontes citadas (historiografia clássica, luso-tropicalismo e livros didáticos), como estas três expressões e veículos da construção da memória foram e ainda são utilizados nas construções das memórias coletivas e das identidades das sociedades brasileira e portuguesa sobre os temas da colonização e expansão portuguesa. Porém, também pretendo comparar as historiografias clássicas portuguesas e brasileiras acerca dos temas citados; analisar a criação, evolução e recepção das ideias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre, e de sua relevância sobre os temas citados em ambos os países; averiguar se existem e como são abordados os assuntos luso-tropicalismo, identidades e historiografias clássicas e por fim perceber como estes assuntos relacionam-se com a construção da memória coletiva lusitana e brasileira atual sobre os temas abordados.

Para dar conta desta pesquisa, busquei dividir o trabalho em três capítulos: o primeiro focará na historiografia clássica portuguesa e brasileira. Para isto escolhi três autores para cada país, tendo como critérios a importância que cada um teve para a historiografia de suas nações, a disponibilidade do acesso aos livros, a periodização dos autores, evitando que existisse uma grande disparidade entre os autores portugueses e brasileiros e as próprias características de cada obra. Procurei utilizar, portanto, os seguintes autores: no lado português, utilizei os livros "*Os descobrimentos portugueses*", "*Os descobrimentos pré-colombianos dos portugueses*" e "*A expansão dos portugueses no período henriquino*", de Jaime Zuzarte Cortesão. Jaime Cortesão, como

é comumente chamado, foi um importante historiador português, nascido no ano de 1884, atuou como professor em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde esteve exilado entre os anos de 1940 a 1957. Cortesão escreveu continuamente temas da história de Portugal e do Brasil, porém o principal tema de seus livros eram os das expansões portuguesas e da colonização portuguesa no Brasil. Dentro dos três livros citados, o autor vai explicar os motivos da existência dos "descobrimientos", apontando como as causas principais para a "predestinação geográfica e política" dos portugueses, como ele apontou. O segundo autor Português que utilizo é António Sérgio. Nascido em 1883, na ex. colônia portuguesa de Damão, Sérgio foi um importante educador, político e historiador Português, tendo escrito o livro "*Breve Interpretação da História de Portugal*". Como o próprio nome indica este livro trás uma rápida passagem sobre a história de Portugal, desde os seus primórdios até a proclamação da República Portuguesa. António Sérgio desenvolve em seu livro uma história de caráter econômico, em oposição à antiga visão romântica das expansões portuguesas. Por fim decidi utilizar as três obras que Joel Serrão e António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques fizeram conjuntamente, intituladas "*Nova História da Expansão Portuguesa: O império luso-brasileiro*". Nessas três obras, os dois autores buscaram fazer um apanhado de diversos autores sobre o tema. Não assumindo uma versão, porém declarando as mais prováveis, os autores buscaram mostrar como cada questão foi abordada por diversos historiadores, criando uma obra vasta e crítica. Joel Serrão e Oliveira Marques foram dois importantes historiadores, reconhecidos como renovadores da historiografia portuguesa.<sup>2</sup> Para a historiografia brasileira, busquei autores que viveram no mesmo período dos autores portugueses. O primeiro que utilizo é Sergio Buarque de Holanda. Nascido em 1902, Buarque de Holanda é um reconhecido historiador brasileiro. Para o meu trabalho, decidi utilizar os livros *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*. O segundo historiador é Gilberto Freyre, com a obra *Casa Grande & Senzala*. Freyre trás em seu livro uma visão nova sobre a colonização portuguesa no Brasil, aprofundando a ideia de miscigenação e apoiando o protagonismo dos negros africanos para a criação da sociedade brasileira. Por fim, utilizo Caio Prado Júnior com o livro *História Econômica do Brasil*. Prado Júnior é representante de uma nova historiografia brasileira, focando num viés econômico para a vinda dos portugueses ao Brasil e pela colonização. Sua obra tornou-se uma importante fonte para historiadores brasileiros pós década de 1940.

---

<sup>2</sup><http://expresso.sapo.pt/historia-joel-serrao-biografia=f260175> acessado em 26/09/14.

Através destes autores citados, analiso como ambos os grupos de historiadores trabalhou sobre a expansão portuguesa e a colonização. Para melhor organizar este primeiro capítulo, decidi dividir este em três sub-capítulos, o primeiro destacando a visão deles sobre a expansão portuguesa, no segundo sobre a colonização do Brasil e o terceiro, relacionando os autores com a memória coletiva e a identidade pós-colonial.

No segundo capítulo, aprofundo-me sobre um dos personagens de minha monografia: Gilberto Freyre. Como já relatei anteriormente, Freyre é, além de um importante expoente na intelectualidade brasileira, é também uma peça fundamental para entender qual vai ser a visão portuguesa e brasileira da colonização do Brasil durante a segunda metade do século XX. Apesar de controverso, Freyre será bem aceito pela crítica nacional e principalmente internacional, ultrapassando os limites das terras lusas e sendo um dos estudiosos do tema mais citado em revistas internacionais em seu período. Sua participação na Baylor University e Columbia University, assim como sua forte amizade com o antropólogo Franz Boas, faz de Freyre um dos mais respeitados estudiosos sociais do mundo daquele período. Suas obras são, portanto, sempre muito bem quistas e estudadas pelos pesquisadores internacionais. Para analisá-lo, fui diretamente a algumas de suas principais obras: *Casa Grande & Senzala*, *Um brasileiro em terras portuguesas*, *O Luso e os Trópicos* e *O Mundo que o Português Criou*. Nestes quatro livros está boa parte do trabalho da vida do autor, onde ele narra diretamente a colonização lusa no Brasil e na África e a importância dos portugueses para uma série de povos espalhados por todo o globo. Porém, para além destes quatro livros de Freyre, pretendo analisar as críticas sobre as obras do autor, utilizando escritos e cartas de pessoas do período em que foram publicadas as ideias de Freyre. Também utilizo, para entender um pouco mais sobre o autor, o livro *Repensando os Trópicos*, de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke e Peter Burke. Com isto, procuro neste capítulo entender a origem, os motivos e o que são as ideias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Para isto, decidi dividir o capítulo em três sub-capítulos, detalhando em cada um, aspectos sobre a ideologia luso-tropicalista de Freyre.

Nos dois capítulos anteriores, busquei compreender como a historiografia clássica descreveu os episódios históricos em destaque. Neste terceiro capítulo, porém, vou além e busco entender como a memória coletiva sobre a colonização e a expansão portuguesa é recriada nos tempos atuais. Estes são temas importantes para a história dos dois países, e são inteiramente essenciais na criação da identidade nacional de ambos, e

por isso são lembrados de modos diferentes nos dois países. Como Appiah explica, a identidade humana é construída e histórica, cada qual diferente entre si por estruturas de narrativas (APPIAH, 1997, p. 243), portanto, a história contada nos dois países é construída de modos distintos atendendo as necessidades de diferentes grupos dentro de cada uma destas duas nações. Para averiguar isto, pretendi, neste terceiro capítulo, analisar como é apresentada pelos livros didáticos (Brasil) e manuais didáticos (Portugal) a temática da colonização e da expansão e conquista portuguesa do Brasil. Com esta finalidade utilizo dois livros didáticos de cada país, todos selecionados pelos ministérios da educação de seus países para a utilização no ano letivo de 2014 (Brasil) e 2014/2015 (Portugal). Para a escolha destes livros, procurei na lista de livros recomendados no PNLD pelo Ministério da Educação no caso brasileiro<sup>3</sup> e na lista de manuais escolares do ano letivo de 2014/2015 pelo Ministério da Educação e Ciência no caso português.<sup>4</sup> Os livros escolhidos são, no caso português: "*Viva a História!*" da Porto Editora e "*Historia oito*" da Raiz Editora. Os dois livros são programados para turmas de 8º ano do ensino básico, ano onde está planejado o ensino do tema "expansionismo europeu", "conhecer os processos da expansão dos Impérios Peninsulares" e "Compreender os séculos XV e XVI como período de ampliação dos níveis de multiculturalidade das sociedades", ou seja, está no conteúdo programático do 8º ano do ensino básico o ensino sobre a expansão portuguesa e a colonização nas novas terras conquistadas.<sup>5</sup> Dentre os livros brasileiros, também busquei utilizar dois livros didáticos, todos do 7º do ensino fundamental, da qual está delineado o ensino sobre o mesmo tema. Os livros escolhidos foram: "*Projeto Radix História*" da Editora Scipione e "*Projeto Araribá História*" da Editora Moderna. Todos os livros citados, tanto portugueses quanto brasileiros, são livros de utilização nacional, e não apenas regional. Entretanto, analisar livros didáticos é um processo complexo. O livro didático não é apenas um livro comum, mas também "uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece a evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado" (BITTENCOURT, 2010, p.71), analisá-lo exige conhecer o período em que foi lançado, o modo como ele é distribuído, o autor que

---

<sup>3</sup><http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014> acessado em 01/10/2014.

<sup>4</sup><http://www.dgidec.min-edu.pt/index.php?s=directorio&pid=357#i> acessado em 01/10/2014.

<sup>5</sup> PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. Metas Curriculares de Ensino: 3º ciclo do ensino básico. 2013/2014. Acessado em 05/12/2014.

criou a obra e a editora que o produziu. O livro didático é, portanto, um documento, já que para analisá-lo é necessária uma investigação histórica (IBIDEM, p. 86)

Gostaria de esclarecer também com quais teóricos pretendo utilizar nesta monografia. Como já citei anteriormente, meu trabalho perpassa conceitos importantes para a criação de visões diferentes da história por dois países. Não há maneira de visualizar isso sem pensar em memória. Pierre Nora vai afirmar que "memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1984, p. 9 In PROJETO HISTÓRIA, 1993), ou seja, a memória é um processo complexo de constante mutabilidade. Jacques Le Goff segue por um caminho semelhante, porém vai além ao apontar que a memória é um elemento essencial para a criação de identidade coletiva ou individual, mas é também algo "cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades" (LE GOFF, 2003, p. 469). O que podemos perceber dos dois é a semelhança ao afirmarem que a memória é algo não apenas individual, mas também coletivo. A memória individual está sempre em contato com a memória coletiva, apoiando-se e se confundido em alguns momentos. A memória coletiva, porém, contém as memórias dos indivíduos, evoluindo conforme a introdução de novas memórias individuais (HALBWACHS, 2006, p.71-72). A memória coletiva é, portanto uma memória mutável não apenas pelo tempo, mas principalmente pelas pessoas. Cada memória individual mistura-se na memória coletiva, fazendo com que ela constantemente esteja se recriando. E por ser um espaço tão aberto para alterações, é também um espaço de disputa entre grupos ou classes, uma luta pela memória. Le Goff aponta a memória coletiva como um instrumento de poder porque "faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas". Ela é importante porque, como afirma Carretero, "cumpre papel relevante na constituição e manutenção das sociedades, contribuindo - para o bem e para o mal - para o estreitamento de laços, unidade de valores e sentimentos, produção de identidades nacionais etc". Estudar a maneira como um povo criou a memória coletiva de um evento é de suma importância para entender não o próprio evento, mas sim a dinâmica social que este trouxe para esta população durante sua história e principalmente como este é utilizado por eles na atualidade. A identidade de um povo é um exemplo. Não há identidade sem a posse da memória

coletiva, pois é através dela que um grupo irá se identificar e se relacionar com o seu passado. Appiah afirma que:

Toda identidade humana é construída e histórica; todo o mundo tem seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de "mito", a religião, de "heresia", e a ciência, de "magia". Histórias inventadas, biológicas inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente. (APPIAH, 1997, p. 243)

Segundo a esta visão, essas histórias inventadas seria a própria memória individual e coletiva presente na identidade de cada povo. Não estaria ele errado, afinal, a memória é um local de disputa onde cada grupo reescreve a história à sua maneira para perpetuar ou fortalecer seus laços, e enfraquecer o de outros grupos. A identidade é, porém, algo tão complexo quanto à própria memória. Léon-Portilla em seu célebre livro "*Vision de los Vencidos*" se utiliza da memória para resgatar uma identidade indígena pré-colombiana. Mais do que invenções, o autor mexicano busca revitalizar a imagem dos povos indígenas mexicanos perante a uma visão preconceituosa destes povos em um México pós-colonial. Appiah, porém, acerta ao afirmar que "as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades". Tzvetan Todorov em seu livro "*A Conquista da América a questão do outro*" demonstra muito bem esta afirmação, ao apresentar no livro a constante tentativa dos espanhóis de verem nos indígenas seres semelhantes, porém sempre esbarrando nas diferenças para perceber o outro. Tanto Portilla quanto Todorov demonstram como a identidade é comumente percebida através da oposição.

Por fim, pretendo utilizar como metodologia para este trabalho o método da história comparada. Comparar é um gesto espontâneo, durante toda a existência da humanidade o ser humano exercita a comparação nos mais variados momentos e eventos. Marc Bloch é o historiador que trará à História Comparada uma especificidade: a da História Comparada Problema, ou seja, uma história que se constrói através de problematizações específicas, não mais como factuais (BARROS, 2010, p.6). Paul Veyne retoma o conceito, ao afirmar que "toda história é história comparada", já que "comparar, elencar semelhanças e diferenças" e "estabelecer analogias" são atividades naturais para o historiador conseguir contextualizar e dialogar com suas fontes (IBIDEM, p.6-7). Bloch via na história comparada uma possibilidade de compreender

as causas e origens dos fenômenos com melhor qualidade, tendo prosseguido com um trabalho do qual comparou diferentes países europeus durante a idade média, extrapolando assim as histórias locais ou regionais (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p.4). Porém, apesar do trabalho de Bloch, havia o medo do uso inadequado da história comparada, que poderia levar a analogias superficiais e descon siderações de especificidades regionais, como expressado por Lucien Febvre (FEBVRE, 1989). Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli dão a História comparada inúmeras vantagens, como a do controle efetivo das hipóteses e generalizações e o fim das fronteiras políticas para a análise, ampliando assim os espaços analisados (IBIDEM, p. 8-9). A história comparada ajuda, portanto, a perceber melhor as influências mútuas, as inter-relações e as motivações internas e influências externas. É através dela que pretendi perceber as diferenças e semelhanças dos elementos estudados por mim nos três capítulos deste trabalho, afim de por em prática a "iluminação recíproca", ou seja, quando confrontamos dois objetos ou realidades para que uma ponha-se em relevo com a outra e através disto possamos perceber elementos em comum ou em discordância (BARROS, 2007, p.5). É através desta maneira que pretendo procurar as semelhanças e diferenças de como foi e é contada a colonização e a expansão portuguesa nos dois países.

## 1. Eu e o outro

Os "descobrimientos", como foram comumente chamados as expansões européias dos séculos XIV, XV e XVI, nos trás memórias dos primórdios do Brasil. O Brasil só passa a existir como uma região geográfica reconhecida do globo a partir da chegada da armada de Pedro Álvares Cabral em 1500. A princípio, este evento foi uma simples nota em um império em expansão, cuja principal intenção era atacar a cidade indiana de Calicute e estabelecer, assim, uma atividade comercial direta entre Portugal e o oriente em mares distantes.<sup>6</sup> A nova terra brasileira era um relevante estabelecimento futuro, mas cujo valor momentâneo era o de menor importância. Dois anos antes, Duarte Pacheco Pereira já havia descoberto terras a oeste das ilhas de Cabo Verde, cuja localização assemelha-se com a Vera Cruz de Cabral, porém nada foi revelado em seu princípio, o que induz a pensar sobre a relevância destas terras em um período em que Vasco da Gama recém encontrou o caminho para as Índias (DOMINGUES, 2012).<sup>7</sup> Deste modo, é certo que o reconhecimento (ou descobrimento) do Brasil foi um evento de menor relevância para as intenções do governo lusitano do rei D. Manuel I naquele período. Não se imaginava que aquelas terras que pouco puderam ser exploradas no princípio de sua descoberta, se transformasse no mais importante território do império ultramarino português um século e meio depois. A chegada dos portugueses no Brasil é, portanto, um evento vital para o entendimento da colonização portuguesa no continente americano. Diversos intelectuais, pesquisadores e historiadores estudaram este evento, desde o século XIX, cada qual procurando uma resposta, em sua maioria, nacionalista. Há, porém, em meados do século XX, um novo grupo de historiadores, cuja dedicação ultrapassa os caminhos do nacionalismo. Focar-me-ei em dois grupos de historiadores, no caso quatro pesquisadores portugueses e três brasileiros. Optei por escolher este

---

<sup>6</sup> A armada de Pedro Álvares Cabral teve um importante papel no estabelecimento português no comércio com as índias. Cabral tinha como principal missão acertar as pazes com o samorim de Calicute, para a fundação de uma feitoria na cidade. Após uma série de desentendimentos, o samorim ordenou a morte dos portugueses que estavam em terra (inclusive o feitor), o que levou Cabral a bombardear a cidade e seguir para a vizinha Cochim, onde estabeleceria a feitoria desejada (SÉRGIO, 1983, p. 66).

<sup>7</sup> Não apenas Duarte Pacheco Pereira teria chegado ao Brasil, como também há relatos de navegadores portugueses na Groelândia e na América do Norte em 1486 e 1492, respectivamente. Elas, porém foram também caladas, graças a uma política de sigilo efetuada por Portugal durante este período. Para Portugal, que tinha como principal intenção obter um caminho para as Índias, não era proveitoso revelar suas recém descobertas geográficas e assim dar as outras nações conhecimentos valiosos quanto à geografia do Atlântico.

modelo com o intuito de comparar como a historiografia de meados do século XX de cada país percebeu a ida dos portugueses ao Brasil e a colonização do mesmo.

### **1.1 - Expansões marítimas portuguesas e a chegada dos portugueses ao Brasil**

A expansão marítima portuguesa é um evento carregado de motivos e significados. Não é possível compreender a história do Brasil, ou de Portugal, sem passar por este importante período na história dos dois países. O tema ainda persiste no imaginário de ambos. Houve e ainda há a discussão sobre qual memória construir, ou qual a relevância do evento para os dias atuais. No Brasil, a discussão perpassa por uma luta pela memória dos oprimidos, normalmente esquecidos pelo continuum da história (GAGNEBIN, 2004, p.99), através principalmente de protestos, como os que ocorreram durante os eventos em homenagem ao aniversário de 500 anos da vinda de Pedro Álvares Cabral<sup>8</sup>. Já a relação dos portugueses com os "descobrimentos" é diferente. O imaginário português destaca a expansão ultramarina como o evento mais importante de sua história, elevando os portugueses de um pequeno país costeiro para um dos grandes conquistadores da história. Há, porém, um medo, o de impotência pelo seu passado glorioso e seu presente de país marginalizado. O discurso é de comemorações, mas também de saudade<sup>9</sup>. Há, deste modo, diferenciações primordiais de como os dois países sentem, recordam e interagem com este mesmo evento.

Os descobrimentos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos a que tendia, e o estudo minucioso dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização: nada que se assemelhe ao aventurismo inconsciente com que a pintaram, depois, os românticos celticistas do século XIX. (SÉRGIO, 1983, p. 44)

Assim descreveu António Sérgio sobre a expansão marítima portuguesa. Até os inícios do século XX, a historiografia lusa regularmente explicava a expansão marítima portuguesa com um viés romântico, utilizando-se da epopéia *Os Lusíadas* como fonte

---

<sup>8</sup> Não há o número exato de protestos contrários aos eventos em homenagem aos 500 anos da vinda de Cabral. Entretanto, não foram poucos, ou movimentos isolados e espaçados, tendo sido uma grande mobilização social por todo o país e tendo tido grande repercussão em praticamente todos os grandes meios de comunicação do Brasil e alguns do exterior (MOURA, 2001, p. 128-132)

<sup>9</sup> <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/continuamos-esmagados-pelos-descobrimentos--1564595>

histórica sem analisar esta como um produto de seu tempo. Há, porém, a partir da década de 1920, uma quebra desta visão romantizada da história de Portugal. Jaime Cortesão, em seu livro dedicado ao infante D. Henrique, vai igualmente concordar com Sérgio, ao afirmar que não apenas se é necessário um conjunto de "aptidões específicas em determinado povo ou grupo social" como também a necessidade de um ambiente econômico internacional favorável (CORTESÃO, 1965, p. 13). Para Cortesão, a expansão marítima portuguesa não poderia ter acontecido sem uma homogeneidade política, econômica e social de Portugal, definindo como principais motivos a formação do estado Português e as condições geográficas, políticas, econômicas e sociais que os lusos possuíam. Ele prossegue, apontando que, além da questão geográfica portuguesa ser diretamente para o mar, Portugal ainda sim foi durante toda a idade média uma sociedade agrária. Porém, por causa dos constantes problemas que os povos mulçumanos do norte da África traziam para mercadores cristãos, combinado com o excesso de intermediários que havia entre o oriente e o ocidente, fazia com que os produtos orientais ficassem muito caro, como por exemplo, um *bahar* de cravo-da-índia que era vendido em seu lugar de produção por um ou dois ducados custava no mercado de Malaca e Java 10 a 12 ducados e em Calicule chegava a 50 ou 60 ducados (CORTESÃO, 1965, p. 25). Os povos mulçumanos são, talvez, uma das principais causas da expansão marítima européia. Além das dificuldades mercantis dos europeus por causa dos mulçumanos, havia na Europa uma forte tendência a luta contra os povos infiéis, ou seja, não católicos. Porém, com o domínio mulçumano do norte da África, os povos europeus tornavam-se dependentes dos mulçumanos para a continuação do comércio de especiarias. Ou seja, as causas econômicas e religiosas estavam profundamente interligadas (IBIDEM, p.26). Socialmente falando, Portugal também estava em um período de transição. A revolução de 1383-85, gerada e dirigida pela burguesia, acendeu não apenas uma nova dinastia de reis, como também fortaleceu a classe burguesa e suas atividades econômicas (SÉRGIO, 1983, p. 33). O crescimento da burguesia, assim como o aumento substancial do comércio como principal atividade econômica de Portugal fez crescer cidades portuárias, como Lisboa e Lagos, reorganizando a defesa da costa portuguesa e substituindo a agricultura como principal atividade econômica pela indústria da pesca. Portugal vinha, desde os finais do século XIV, em uma transição em todos os setores da sociedade. Para os historiadores portugueses citados, há o consenso que esta combinação de fatores foi fundamental para a existência dos "descobrimientos". Dentre os autores brasileiros, há, porém uma ênfase

diferente. Prado Júnior vai apontar a expansão marítima portuguesa como uma reação as mudanças das rotas comerciais europeias. Apesar de concordar que os portugueses obtiveram vantagem em sua empreitada por causa da localização geográfica, o autor vai definir toda a expansão lusitana através de uma vertente materialista economicista, a ponto de afirmar que: "Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu" (PRADO JÚNIOR, 1977, p.22). Jaime Cortesão, porém, contra argumenta, ao apontar que:

Pretende o materialismo histórico explicar pelos factos económicos toda a história humana. Segundo essa escola filosófica, são as necessidades de ordem material e os meios inventados para as satisfazer, que originam e transformam as instituições sociais. No polo oposto, supõe a concepção idealista que a humanidade traz em si uma ideia prévia de justiça e de direito e se move num caminho progressivo de civilização, não pela transformação mecânica dos modos de produção, mas sob a influência daquele ideal. Pensamos, à maneira de tantos, que as duas concepções se podem e devem conciliar. Se a organização económica da sociedade influi poderosamente na sua concepção moral e direcção geral da sua vida, não é menos verdade que os sentimentos e as ideias generosas são igualmente factores da história humana. (CORTESÃO, 1922, p. 202-203)

Cortesão não diminui a importância da questão econômica, mas também não limita a questão ao responder que apenas uma das motivações é o principal definidor da existência das expansões marítimas.

Outro tema que é recorrente entre os historiadores portugueses é o foco da viagem de Cabral. Há a ênfase nas personagens históricas, detalhando momentos importantes da escolha dos comandantes, saída da armada do Restelo, da missão de Pedro Álvares Cabral, no caso a sua ida a Calicute, e da importância desta armada para o início da época de ouro do comércio lusitano.<sup>10</sup> Entretanto, há pouco foco na chegada de Cabral ao Brasil.

Na análise dos historiadores brasileiros, porém, há uma menor atenção aos pormenores da vinda de Cabral, mas um enfoque da importância deste evento para a conseqüente colonização que passará a ocorrer meio século depois. Buarque de Holanda e Freyre, por exemplo, pouco escreveram da viagem de Cabral, enquanto Prado Júnior

---

<sup>10</sup> Esta é uma tônica na historiografia portuguesa deste período. Jaime Cortesão, por exemplo, escreveu dois livros onde ele detalhará cuidadosamente a personalidade, as ações e a importância do infante D. Henrique e Pedro Álvares Cabral. António Sérgio também dará foco às personalidades históricas e Joel Serrão e Oliveira Marques detalharão minuciosamente cada componente da armada de Pedro Álvares Cabral de 1500.

apenas o utilizará como introdução para o prosseguimento de seu livro, vendo este como importante para a compreensão de um todo, mas fugindo de focar-se nisso em seu detalhando da formação do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1977, p.20). Existe, portanto, dois modos de perceber este mesmo evento histórico, conforme a necessidade do historiador em dar a importância para alguns fragmentos deste evento, possibilitando a existência de diferentes enfoques na história.

## **1.2 - Portugal e Brasil - colonizadores e colônia**

A colonização é o foco principal dos historiadores brasileiros. Tanto Buarque de Holanda, quanto Freyre ou Prado Junior vão dar enfoque nas questões econômicas, sociais e ideológicas da colonização portuguesa no Brasil. Freyre é o primeiro a escrever sobre o tema quando, em 1933, lança seu célebre livro *Casa Grande & Senzala*. Para Freyre, a colonização portuguesa no Brasil foi uma exemplar mistura de raças, culturas e tradições. Ele ainda menciona que esta singular predisposição lusa pela mistura é oriunda da gênese portuguesa, pois os próprios já são uma mistura dos brancos europeus com os mouros africanos (FREYRE, 2006, p. 66-67). Por serem oriundos dessa mistura, os portugueses possuíam uma grande mobilidade para colonizar os trópicos, afinal, mesmo com a escassez de "capital-homem", os portugueses souberam ultrapassar esta barreira através da miscigenação (IBIDEM, p.70). E é essa forte tendência a se miscigenar que fez do português um colonizador ideal para os trópicos. Freyre é, portanto, um defensor da colonização portuguesa, que, segundo ele, soube se moldar aos trópicos graças à notável aptidão lusa para viverem nessas terras. Ele prossegue afirmando que a colonização no Brasil desenvolveu-se quase exclusivamente sob o domínio da família rural ou semi-rural, tendo outras entidades pouca ou nenhuma influência na organização colonial, excetuando a Igreja (IBIDEM, p. 81). Buarque de Holanda vai concordar com Freyre sobre a facilidade de adaptação dos portugueses nos trópicos e da facilidade de se misturar dos mesmos, tendo a sociedade portuguesa incorporada os negros africanos em meados do século XVI.<sup>11</sup> Porém,

---

<sup>11</sup> O negro, em meados do século XVI, não será apenas importante nas colônias portuguesas do além-mar, mas também será na metrópole. O crescimento da população de escravos africanos na metrópole é tão elevado que, em 1551, a população negra na capital Lisboa já se aproximava de um quinto da população da cidade (HOLANDA, 1995, p.54). Este brusco crescimento da população negra alarmou alguns

Buarque de Holanda vai contrapor a teoria do colega sobre a qualidade da colonização portuguesa. Segundo as próprias palavras dele: "Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono" (HOLANDA, 1995, p. 43). Holanda explica sua teoria dividindo dois tipos de colonizadores, o primeiro era o do tipo *trabalhador*, ou seja, aquele que quando vai colonizar procura pensar no futuro, cultiva a terra, investe seus recursos na busca por uma recompensa futura. O segundo, do qual o autor vai apontar os portugueses como sendo a maioria, é o tipo *aventureiro*. Este modelo de colonizador é o mais ousado de todos, é aquele que vai para o desconhecido atrás da riqueza, e a obtém através da extração dos minérios ou recursos naturais, da escravidão e do comércio. Através destes aventureiros foram criados diversos mitos e lendas sobre as novas terras conquistadas. O Brasil passará a ser comparado ao paraíso por trazer ao imaginário dos colonizadores a possibilidade de conquistar a riqueza com facilidade, sem a necessidade de trabalho. Enquanto na Europa, os homens precisavam plantar e tratar da terra para usufruir no futuro, na América o ganho era rápido e sem a necessidade de trabalhar, já que a natureza "bruta" já entregava de imediato a sua plenitude. A América era, portanto, uma obra de Deus, e não do trabalho do homem, o que fará o homem europeu ficar "amansado" pela ausência do trabalho.<sup>12</sup> Enquanto Freyre trabalha sobre a importância social da colonização portuguesa (família), e Buarque de Holanda trabalha com os tipos de colonizadores e as histórias que estes criaram sobre o Brasil (mentalidades), Prado Junior irá utilizar um viés econômico para explicá-la, apontando que a colonização no Brasil passa a acontecer quando os portugueses viram uma boa oportunidade de exploração comercial, ampliando as feitorias. Assim, ele aponta que:

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer com simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada, era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizassem dos gêneros que interessassem o comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (PRADO JUNIOR, 1977, p.24)

O autor discorda de Freyre e Buarque de Holanda, ao citar que os portugueses não possuíam facilidade de adaptação nas terras tropicais, o que significa que eles só

---

cidadãos portugueses, que escreviam frequentemente sobre os perigos desta "invasão" para com os próprios fundamentos biológicos da sociedade lusitana (IBIDEM, p.53).

<sup>12</sup> Buarque de Holanda vai se utilizar desta teoria para descrever a colonização portuguesa e a espanhola na América. Porém, é claramente exposta, tanto no livro *Raízes do Brasil*, quanto em *Visões do Paraíso*, a preferência do autor pela colonização espanhola, em detrimento da portuguesa.

vinham porque havia um bom motivo para isto, no caso, a vasta floresta a disposição e o clima propício para a reprodução de itens valiosos na Europa, mas que dificilmente se obteria por causa do clima europeu. Ele conclui afirmando que o *verdadeiro* sentido da colonização nos trópicos é o aprofundamento do sistema de feitorias, com o intuito de explorar os recursos naturais dos novos territórios do novo mundo (IBIDEM, p.31). Existe, portanto, algumas concordâncias entre os historiadores brasileiros, como a importância da natureza bruta como motivador da colonização, que Buarque de Holanda e Prado Júnior citam, ou na miscigenação e adaptabilidade dos portugueses, que tanto Buarque de Holanda quanto Freyre explicam em suas teses.

Os autores portugueses, porém, deram menos enfoque na colonização brasileira. Serrão e Oliveira Marques trazem uma perspectiva evolucionista, da qual explicam como ocorreu o início da colonização através da implementação de feitorias e como estas evoluíram para a divisão do Brasil em capitanias. Está presente, nas obras destes autores, um histórico preciso de dados como: qual vila brasileira mais prosperava (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 1992, p.227), como era cedido o contrato de comércio em terras brasileiras (IBIDEM, p. 217), como era dividido o território (SÉRGIO, 1983, p.102) e quais os itens mais exportados do Brasil (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 1992, 216). Não há, porém, em nenhum momento, enfoque na condição geográfica ou social da qual os colonos encontraram no Brasil, ou nas relações sociais presentes entre os colonos, os africanos e indígenas. Há uma abordagem sobre os motivos da colonização, da qual Serrão e Oliveira Marques apontam que a decisão de colonizar o Brasil é explicada pela determinação regia de excluir clandestinos franceses que circulavam pelo atlântico sul, ou que os motivos dos portugueses irem colonizar o Brasil era a busca de lucros materiais, mas acabam não aprofundando nenhum dos dois casos (IBIDEM, p.224). Sérgio seguirá esse modelo, não adentrando nas relações em que a colonização implicou, exceto no combate aos invasores holandeses no Recife (SÉRGIO, 1983, p.107). Já Cortesão explicará a origem do Brasil como uma herança de Portugal, ou seja, o Brasil passa a existir a partir do momento em que a cultura portuguesa é transplantada para a América, com isso o Brasil passa a ser incorporado ao mercado mundial, e, só a partir deste momento, passa a existir de fato (CORTESÃO apud ÁGUAS In CRUZ, p.3), porém não prossegue sobre a colonização. Há um grande enfoque nas relações entre Portugal e Castela, Holanda ou Inglaterra, e nas constantes ameaças de franceses no território brasileiro o que

demonstra que, enquanto os autores brasileiros visualizam este momento como o início da história do Brasil, e o fazem pensando na sociedade brasileira de seus períodos, os historiadores portugueses vão descrever a colonização portuguesa no território luso-americano, deixando de focar na vida e nas relações que se estabelecem no território brasileiro, fortalecendo a premissa de império Luso-Brasileiro com o território do Brasil sendo apenas uma extensão das posses portuguesas.

### **1.3 - Identidade e Memória, uma disputa pós-colonial**

A expansão marítima portuguesa e a colonização do Brasil são eventos importantes para cada uma das duas nações. Cada um dos dois povos procura enfatizar aspectos relevantes da sua própria identidade moderna com os eventos históricos. Os historiadores brasileiros, quando não vêm na viagem de Cabral um ponto crucial na construção do Brasil moderno, estão intrinsecamente diminuindo a importância da política externa portuguesa dos séculos XV e XVI com a história do Brasil. Prado Júnior, por exemplo, em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* vai apontar que, estudar os motivos da expansão marítima portuguesa é necessário para compreender a nova ordem mundial estabelecida, porém ele explica que: "Isto nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não nos interessa diretamente ao nosso assunto" (PRADO JÚNIOR, 1977, p.20), ou seja, compreender a política externa portuguesa dos períodos anteriores a chegada dos portugueses ao Brasil não é um assunto que interfere na compreensão de como o Brasil se tornou o que ele é atualmente, excetuando pelo novo modelo de comércio estabelecido. Mesmo Freyre, ou Buarque de Holanda, quando ausentam uma fala específica sobre este momento histórico, estão indiretamente apontando que a ligação de Portugal com o Brasil só se tornará relevante a partir do contato dos primeiros viajantes portugueses com os indígenas. Algo semelhante acontece entre os historiadores lusos. O enfoque destes perpassa a expansão marítima, e conseqüentemente a influência de Portugal continental. Porém, quando relacionam seu país com a colonização, pouco é exposto sobre as relações sociais que se estabeleceu no território brasileiro, simplificando o evento em números, nomes e datas, ou seja, transformando a colonização no Brasil uma mera

questão política ou econômica de Portugal, sem adentrar nas influências (políticas e sociais) que o novo território trouxe para a sociedade lusa.

Através destas percepções podemos reconhecer uma disputa de memória entre as duas historiografias, um duelo entre o colonizador, que nega a existência do outro, e o colonizado, que busca diminuir a relevância do colonizador no processo evolutivo da formação do Brasil moderno. É possível perceber, assim como Carretero (2007, p.20) afirma, que a memória sobre a vinda de Cabral ao Brasil e a colonização cumpre o papel fundamental na constituição da identidade brasileira e portuguesa, através da produção de valores e sentimentos dos próprios povos sobre estes eventos em específico. A constituição da memória coletiva sobre estes momentos é criada através da seleção de memórias individuais selecionadas, apontando assim uma diferenciação da própria identidade contemporânea do povo comparado ao outro (HALBWACHS, 2006, p.100). As identidades modernas de Portugal e do Brasil não apenas são criações oriundas das memórias construídas pelos seus povos, mas também é um objeto que reciprocamente influencia na construção de suas histórias e memórias, através de pressupostos próprios<sup>13</sup> sobre cada evento de suas histórias.

---

<sup>13</sup> Estes pressupostos, no caso, são o que Appiah (1997, p.243) vai chamar de erros ou imprecisões, ou, mais especificamente, histórias, biografias e culturas inventadas.

## 2. Um discurso em disputa: o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre

Quando Gilberto Freyre, nos anos 1950, viajou em companhia de políticos e intelectuais lusitanos pelas diferentes terras do ultramar português, ele viu semelhanças entre os diferentes povos que viviam nas mais distantes terras colonizadas pelos portugueses. Tendo viajado por diversas províncias ultramarinas portuguesas<sup>14</sup>, como eram chamadas às colônias na África e Ásia após o Acto Colonial<sup>15</sup>, ele passou por cidades de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa e percebeu que tanto na alimentação, quanto na arquitetura, modelos de cidades ou modos de agir, essas regiões assemelhavam-se com a sua terra natal, o Brasil. Para ele, esta era a prova de sua hipótese, que indicava algumas semelhanças entre as culturas das diferentes terras conquistadas e colonizadas por Portugal séculos antes, mesmo percebendo que em cada uma delas existiam as suas peculiaridades. Essa era a prova de que ele precisava para confirmar sua teoria transnacionalista, a de que existia uma comunidade cuja cultura era similar nas mais diversas regiões do globo conquistadas pelos portugueses.

Essas viagens foram descritas em seu diário, textos, palestras e escritos exaltando o que havia vivido. É através desta viagem que Freyre passa a descrever suas ideias e percepções sobre as diferentes localidades, introduz ao mundo lusófono uma nova percepção do colonialismo português, além de elogiar e agradecer aos mais variados presidentes de províncias, intelectuais e entidades que haviam lhe acolhido. Passa também a detalhar persistentemente sua teoria social mais defendida, a do luso-tropicalismo. Esta será a jóia e principal obra de Freyre, entretanto, suas idéias controversas serão marcadas por um debate acirrado entre diversos grupos tanto em Portugal quanto no resto do mundo lusófono. É certo, porém, perceber que o luso-tropicalismo terá, em todos os momentos desde sua criação, uma variada gama de discursos diferentes sobre si. O discurso, assim como a memória, também é um campo

---

<sup>14</sup> Desde o século XVII o estatuto das colônias portuguesas estava se modificando, sendo chamadas de *províncias ultramarinas*, e sendo consideradas território português. Ainda que a palavra *colônia* persistisse, foi a partir de 1822 que este termo foi abolido de ser utilizado. Porém em 1926 a palavra volta a aparecer até 1951 quando Salazar põe fim novamente ao uso do termo.

<sup>15</sup> O Acto Colonial de 1933 passa a nomear suas colônias na África e Ásia como Províncias Ultramarinas. O Acto Colonial foi uma medida feita pelo Estado Novo Português para restringir a influência de outros estados nacionais nas colônias (como Moçambique, que sofreu influência direta da Grã-Bretanha). Também retirava da posse das colônias a possibilidade de auto-gestão, tendo sido extinta a figura dos alto-comissários e criado governadores gerais que eram subordinados diretos do ministro das Colônias ou do Governo de Lisboa. Esta mudança ocorreu principalmente por causa das duras críticas que Portugal estava sofrendo no cenário internacional pela manutenção do império colonial na África e na Ásia.

de disputa entre grupos, pois é objeto de desejo pelos que querem ter o poder (FOUCAULT, 1996, p.10). Há em Gilberto Freyre não apenas a própria teoria do autor, mas também uma disputa entre povos e identidades que buscam dentro dos escritos do autor brasileiro um lugar para se expressar. Suas ideias serão simplificadas para a utilização de causas regionais e ideológicas (PALLARES-BURKE; BURKE, 2009, p.28). Analisar Gilberto Freyre é, portanto, uma possibilidade de visualizar a disputa por espaços vazios dentro da história das colonizações portuguesas, tendo como ponto central o luso-tropicalismo.

### 2.1 - Sociologia e o luso-tropicalismo.

Gilberto Freyre já era reconhecido internacionalmente como um grande discípulo de Franz Boas, tendo se destacado nas áreas de História sociocultural e Antropologia histórica. Livros como *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos* corriam as universidades de todas as partes do mundo e destacavam o nome do estudioso brasileiro como um dos grandes pesquisadores destes campos. No cenário nacional, suas teorias influenciaram a formação da identidade do povo brasileiro (IBIDEM, p.24), o que tornava Freyre um expoente da intelectualidade de seu país. Porém, para além destas áreas, ele avançava rumo à sociologia, da qual foi professor na Universidade Federal do Distrito do Rio de Janeiro (IBIDEM, p.255). Em sua experiência como sociólogo, Freyre terá como suas principais contribuições o livro *Sociologia*<sup>16</sup> e sua principal contribuição para a área, o Luso-tropicalismo.

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre defendeu a tese de democracia racial através da expressão *democratização social*. Para ele, a miscigenação que ocorreu entre os negros africanos e os brancos portugueses criou um novo grupo social, a dos *mulatos* e este novo grupo seria a vanguarda para uma nova fase da história, da qual todas as pessoas teriam os mesmos direitos e não haveria diferenciação de oportunidades. Posteriormente ele passou a utilizar outras expressões, como "democracia étnica" ou "democracia racial". A partir da década de 1940 a segunda expressão citada passou a ser

---

<sup>16</sup> *Sociologia* teve 5 edições diferentes. A criação deste livro foi puramente técnica, incentivado pelos cursos que ministrou na UFDRJ. Uma sexta edição do livro estava sendo feita pelo autor, na década de 1980, onde ele revisava suas idéias sobre o assunto.

utilizada pelos pesquisadores e até pelo próprio Freyre. Esta tese de *Democracia racial* defendia a ideia de que no Brasil não havia uma democracia verdadeira, nem no passado, nem no presente, porém não deixara de ter um princípio fundamental, a da fraternidade, presente no amor entre o homem branco e a mulher negra, entre colonizadores e colonizados. Esta fraternidade seria o princípio norteador de uma semi-democracia na qual todas as pessoas do país teriam uma espécie de igualdade. Freyre não anula a existência da desigualdade entre as pessoas, mas não percebe que ela deriva das diferenças de cores, origens ou raças. Este princípio nortearia também a sua segunda tese, a do luso-tropicalismo. Também em *Casa Grande & Senzala*, ele descreve a presença portuguesa no Brasil como branda e mais flexível do que a colonização dos povos do norte da Europa, em especial dos ingleses e holandeses. Apesar de esta ideia ser bastante antiga, datando do século XVIII e principalmente do XIX (CASTELO, 2008, p. 297), Freyre vai resgatá-la e teorizá-la entre as décadas de 1930 e 1960.

A teoria do luso-tropicalismo criada por Freyre traz a visão de que os portugueses eram mais aptos para viver nos trópicos por três razões distintas. A primeira é a de que os portugueses eram mais preparados para viver em regiões quentes, exatamente porque a península ibérica fica mais próxima da África do que as outras regiões da Europa. A segunda e a terceira teoria vão dar destaque à mistura de povos que originou os portugueses. Para ele, o modo Português de viver e se expandir tiveram total influência da união e miscigenação dos povos oriundos das terras Ibéricas com o povo judeu e mouro. Os Judeus seriam os responsáveis pela existência do espírito de mobilidade presente nos portugueses, portanto, pela vontade de expandir e viver em outras regiões do planeta. Já a influência dos Mouros seria importante para a existência da grande mistura dos portugueses com os povos indígenas das regiões conquistadas, mas não só, ao dizer que:

Da gente moura teria o Português absorvido noções de valor - inclusive quanto ao trato da terra - e adotado atitudes que outros europeus, com exclusão dos espanhóis de algumas regiões da Espanha, e italianos de algumas populações da Itália, e franceses de algumas regiões da França, não tiveram igual oportunidade de absorver ou adotar (FREYRE, 2010, p. 70).

Freyre apoiava a teoria de que os povos mulçumanos colonizavam de forma igualmente branda e pacífica, e também que se misturavam com mais facilidade com os povos nativos de outras regiões. Os portugueses, portanto, teriam adquirido esse valor da presença moura nas terras portuguesas, através da mistura do cristianismo com o

modelo expansivo mulçumano. Em um texto, inclusive, Freyre argumenta que os povos ibéricos teriam algumas características mais orientais do que europeias, como o sentido de tempo. Ele afirmava que o tempo para os europeus do norte é visto como dinheiro enquanto para os ibéricos é como vida, desprezando assim o tempo cronometrado e valorizando o ócio (CASTELO, 2008, p. 303). Porém, apesar de pacífica, a *pax lusitana*, como cita, às vezes provém de momentos dolorosos, mas que se destacam por sua harmonia<sup>17</sup> (FREYRE, 2010, p. 76). Portanto, para ele, os portugueses eram mais adaptáveis do que os outros povos europeus e por isso se misturavam mais, tanto culturalmente quanto amorosamente. Por esta razão, ele defende que os portugueses mantinham relações sexuais, assim como comiam as comidas, vestiam as roupas e viviam com os povos nativos nas terras conquistadas. Por isso, segundo Freyre, desta miscigenação nasceria um novo povo, oriundo do amor luso pelas pessoas e pelas culturas dos trópicos (FREYRE, 2010, p. 26-27). Um povo luso-tropical. Luso, pela herança cultural deixada pelos portugueses em todas as regiões das quais colonizou, tropical pelas características das culturas regionais. Para Freyre, então, o luso-tropicalismo seria uma simbiose entre os portugueses e os povos das colônias, onde houve violência em alguns momentos, mas no geral o processo colonizador procedeu de modo natural e pacífico. Esta visão será repudiada por alguns intelectuais, como Pinto de Andrade, que demonstra através de números a debilidade da mestiçagem tão idealizada por Freyre<sup>18</sup>. Andrade continuaria com suas críticas, apontando que a relação dos portugueses com as negras e indígenas deveu-se ao reduzido número de mulheres brancas na nova colônia e conclui sua crítica afirmando que o luso-tropicalismo não apenas não explicava inteiramente a formação do Brasil como também seria ainda mais falsa para os casos dos países africanos colonizados por Portugal (MEDINA, 2000, p. 53).

## 2.2 - O Luso-tropicalismo e a tropicologia.

---

<sup>17</sup> Os momentos dolorosos que o autor cita refere-se aos maus tratos da colonização. O autor, portanto, vê na colonização um modo de violência, ou ao menos percebe a violência no processo colonizador, apesar de ainda considerar o processo harmonioso.

<sup>18</sup> Pinto de Andrade, para criticar o luso-tropicalismo de Freyre trouxe alguns números que demonstram a inexistente mestiçagem nas colônias portuguesas na África. Dentre os números, destacam-se os de Moçambique, onde da população de 5.732.317 apenas 18.213 seriam europeus e 12.630 mestiços, enquanto 5.640.363 seriam nativos "incivilizados". O caso de Angola assemelha-se, com mais de 95% da população de angolanos sendo negros africanos "não assimilados" (MEDINA, 2000, p.52).

Apesar da forte defesa do povo português, o Luso-tropicalismo não seria uma teoria imperialista, ou colonialista, como comumente é apontada. Na verdade, em seus mais diversos trechos em *O luso e os trópicos* ou nos outros livros publicados sobre o tema, Gilberto Freyre frequentemente assinala que em sua teoria a existência dos povos dos trópicos é tão fundamental quanto dos próprios portugueses (FREYRE, 2010, p.14). Mais do que isso, a influência do Mouro é imprescindível para a própria idéia do luso-tropicalismo porque foi através da presença, contato e mistura destes nas terras ibéricas que tanto portugueses quanto espanhóis passaram a ter um valor diferenciado comparado aos países europeus de modo geral. Enquanto os portugueses traziam os traços da lusofonia, da "civilização" e gostavam de se misturar, as terras tropicais ofereciam a pimenta, a gíngua, as músicas, o tomate, as lutas, o modo de agricultura nos trópicos e tantas outras novidades, os outros povos eram rígidos e pouco maleáveis as intempéries dos trópicos.<sup>19</sup>

Os povos nativos possuíam total importância na criação desta nova cultura. O resultado dessas misturas, que ocorreram na Índia, na África e na América é uma nova grande cultura moderna, meio portuguesa, meio tropical. Para Freyre, os portugueses teriam sido importantes por terem se misturado, por terem amado os trópicos, e por isso criado a possibilidade de existir essa nova cultura. Enquanto os europeus do norte colonizavam pelo lucro, os portugueses o faziam por:

(...) amor pela mulher índia e pelo filho mestiço que animou muitos dos patriarcas da colonização portuguesa do Brasil a fixarem-se na terra bruta. (...) O amor desses homens pelas mulheres índias e, mais tarde, pelas africanas, amor acima de preconceitos e de convenções, agiu poderosamente na formação do Brasil, adoçando-a; amolecendo o que o sistema econômico de trabalho escravo prometia levantar ali de hirto, talvez até de cruel e desumano. Nunca houve maior vitória do humano, do demasiadamente humano, sobre o econômico. (FREYRE, 2010, p. 27)

Por isso, Freyre aponta que os portugueses não colonizavam apenas para obter lucros ou vantagens (apesar de concordar que também o faziam), mas colonizavam porque gostavam de se misturar e gostavam das terras tropicais. A importância dos povos nativos para ele passa a ser uma defesa dos trópicos, em uma relevante crítica do autor ao eurocentrismo que menosprezava as culturas tropicais, consideradas menos

---

<sup>19</sup> Freyre escreve diversas diferenças entre os povos ibéricos (dos quais ele considera mais aptos a colonização nas terras tropicais) e os povos anglo-saxões e holandeses. Além da própria gênese ibérica, que era oriunda da miscigenação do cristão com o mouro, outra diferença preponderante era a ausência da eugenia entre os ibéricos. Ele vai apontar portugueses e espanhóis como cristocêntricos, que significa que eles tratavam todos os cristãos como iguais, independente de cor, raça ou origem.

evoluídas. Enquanto nos finais do século XIX e inícios do século XX o tropical era o selvagem, inferior e incivilizado, Freyre buscava valorizar a natureza e a cultura dos povos tropicais, demonstrando que essas também tiveram influência na formação cultural das regiões colonizadas. Buscou combater o que chamava de "tudo o que é tropical é negação de refinamento e civilização" (FREYRE, 1957a in PALLARES-BURKE; BURKE, 1996, p. 290).

Seu maior exemplo era o Brasil onde, apesar de defender que os portugueses tiveram grande importância na formação do povo brasileiro, a grande característica e principal força do Brasil foi a miscigenação que ocorreu com o contato dos escravos com os senhores de engenho (como exemplificado em *Casa Grande & Senzala*) ou com a mistura dos indígenas com o europeu. Por isso, ele utilizou o Brasil não apenas como exemplo de nação miscigenada, mas também supervalorizou seu país de origem, ao afirmar que o futuro era promissor e que o Brasil estava na vanguarda mundial em questões de democracia racial.

Freyre buscava uma tropicalidade em diferentes âmbitos, tanto na culinária, na música, nas roupas ou arquitetura e ia além, já que, para ele o "modo de vida tropical" era mais adaptável ao mundo moderno (PALLARES-BURKE; BURKE, 1996, p.292). Este novo modo de ver os trópicos tornou-se ciência, a tropicologia, e foi estudado e posto em prática durante boa parte da vida de Freyre através do instituto Nabuco em Recife, onde foram organizados estudos e foram publicadas revistas, como a *Ciência e Trópico* e *Anais do seminário de Tropicologia*. A tropicologia seria o abasileiramento da antropologia, sociologia e História, cujos maiores expoentes são Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (IBIDEM, p.293). A tropicologia poderia ser um reaproveitamento das ciências humanas em prol de todo um grupo de povos marginalizados historicamente.

De fato, Freyre não criou o luso-tropicalismo numa defesa ao colonialismo, ou a colonização. Em *Casa Grande e Senzala*, o próprio Freyre, ironicamente, teria dito que todas as virtudes colonizadoras dos portugueses já haviam desaparecido fazia muitos anos e que os próprios portugueses viviam de modo arrogante e "parasita" de seu passado (BURKE, PALLARES-BURKE, 2008, p. 286). O luso-tropicalismo vai ser utilizado pelo governo português em sua defesa do império ultramarino, e o próprio Freyre participará desta defesa com algumas publicações e palestras. Porém, não

podemos excluir as próprias críticas do autor, que afirmava que os portugueses não possuíam mais as qualidades como colonizador, nem desconsiderar os pontos positivos do luso-tropicalismo. Como Pallares-Burke e Burke apontam o "luso" da teoria de Freyre pode e deve ser inteiramente criticável, porém o "tropicalismo" trouxe novas reflexões e uma valorização dos trópicos e do tropical, e merece a atenção (2000, p. 290).

### 2.3 - O luso-tropicalismo em disputa

Álvaro Júlio da Costa Pimpão, diretor da faculdade de letras da Universidade de Coimbra, descreveu *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* como:

(...) mais do que uma obra puramente científica, é, pela sua raiz "humana", e partindo dos seus caracteres científicos, uma obra destinada a promover a formação de um novo estado de consciência coletiva - supranacional, se quiserem- com base na tradição comum de "cultura" (FREYRE, 2010, p. 361).

De fato Freyre evitava ao máximo o nacionalismo e o etnocentrismo, tão presente em sua época. Via que: "(...) as nações, sozinhas, isoladas e estreitamente nacionalistas em suas pretensões a suficiência, já são hoje arcaicas" (FREYRE, 2010, p.22). A sua busca era por uma comunidade comum, a luso-tropical. Esta transnacionalidade teria como princípios norteadores o cristianocentrismo e a cultura portuguesa, porém sem excluir as culturas regionais, em um casamento cultural que atravessaria continentes. Por isso Freyre via, ou buscava ver, semelhanças entre Lourenço Marques<sup>20</sup> e o Recife, entre a Luanda e Salvador. Portanto, para ele, o luso-tropicalismo compreende-se como uma tentativa de união cultural. Essa transnacionalidade seria um modo de coesão entre povos oriundos de diferentes regiões, mas que por motivos coloniais, possuíam semelhanças. Ironicamente o luso-tropicalismo seria utilizado como propaganda nacionalista política e cultural pelo governo português, pela valorização da identidade lusitana. Política, pela manutenção das províncias ultramarinas, cultural porque foi introduzido no imaginário coletivo português. Os portugueses, com isso, reforçam a ideia de que a história das expansões portuguesas e o colonialismo são provenientes mais do espírito aventureiro do que para

---

<sup>20</sup> A cidade de Maputo, capital de Moçambique, chamou-se Lourenço Marques até o ano de 1976.

a exploração (Pais, 1999, p. 188), tornando-se uma das marcas do "ser português" o imaginário do anti-racismo e do anti-nacionalismo xenófobos e etnocêntricos (CASTELO, 2008, p. 297-298). Isto foi utilizado das mais diversas maneiras, tanto por governantes como pelos intelectuais, utilizando-se da teoria luso-tropicalista como obra legitimadora. Ela vai ser utilizada, por exemplo, pelo governo português nas décadas de 1950 e 1960 para fundamentar a manutenção do império e das províncias ultramarinas (FERRO, 1996, p. 196). Manuel Múrias, em seu artigo sobre Gilberto Freyre, vai apontar que "o que parece, em todo o caso, é que, realmente, a capacidade do Português se misturar com as populações nativas das regiões colonizadas foi a razão primeira de seu êxito de colonizador. Nunca em Portugal existiu qualquer mística racista (...)" (FREYRE, 2010, p. 117). Múrias não será o único que afirmará isto, tendo, por exemplo, João de Barros dito, em seu artigo no Diário de Lisboa, que "não se encontra em Portugal o menor preconceito de raça, nem vestígio dele" (IBIDEM, p.105). O mito do anti-racismo português será propagado por jornais e revistas da época, tendo em Freyre o ideólogo e legitimador desta visão. Ele, inclusive, será reverenciado por sua tese, ao ponto de aclamarem seu trabalho como "(...) obra séria e digna, em que nada é flor de retórica ou devaneio lírico (...)" (FREYRE, 2010, p.398) e afirmando que ele "foi justo na análise, claro e penetrante no estudo que de nós fez" (IBIDEM, p. 400). Freyre será homenageado, exaltado e aclamado como um pesquisador que procurou entender o povo português, que analisou as colônias e soube apresentar ao mundo a "Missão Portuguesa". Através disto, Freyre será utilizado por intelectuais lusos na propagação de um nacionalismo português que não busca mais lembrar com orgulho as conquistas do passado, mas sim engrandecer a própria gênese do "ser" português. Com isso, sua importância para a propagação das ideias de que os portugueses não são colonialistas, mas sim agregadores nas culturas dos povos conquistados, será fundamental na manutenção das províncias ultramarinas e conseqüente conservação do ainda presente, mas maquiado, império ultramarino português.

Porém, não são apenas de elogios que Freyre terá que conviver. Ele mesmo denuncia as críticas com as quais teve que conviver, quando comenta que muitos indivíduos o chamavam de luso-maníaco, e considera isto um excesso, já que, para ele:

Recordar esse fato é procurar-se reabilitar um tipo de homem e uma forma de cultura caluniados ou apenas esquecidos: o português que ligou mais do que ninguém a civilização europeia aos trópicos através de uma

obra não apenas intuitiva, mas, em parte, científica: de estudo, previsão e experimentação, e não somente aventura. (FREYRE, 2010, p. 69)

As críticas sobre Freyre serão diversas e muito direcionadas a sua ligação com o governo português. António Simões Júnior exclama que o livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* é "uma leve sinopse do enterro democrático do intelectual brasileiro Gilberto Freyre" (FREYRE, 2010, p.427). Simões Júnior seguirá seu julgamento, apontando a ausência de visão crítica de Freyre em sua viagem pelos domínios portugueses e a ausência de comentários sobre os excessos do governo autoritário de Oliveira Salazar. Também será repudiado por grupos anti-colonialistas como os de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde. Baltasar Lopes, grande expoente da literatura Cabo-Verdiana chegou a chamar Freyre de "messias desiludido" (MEDINA, 2000, p.49).

Há, portanto, dois grupos em disputa, ambos tendo Freyre como base. Enquanto a intelectualidade portuguesa via em Freyre a legitimação de uma ideia de império sem a utilização de violência, ou seja, diferenciados dos outros colonizadores europeus, os povos da colônia viam em Freyre alguém vendido, como nas palavras de Simões Júnior, que acusa Freyre de se vender para conseguir viagens gratuitas<sup>21</sup> (FREYRE, 2010, p.429). Ele será uma figura ambígua, utilizada pelos dois lados na defesa de seus interesses e de suas identidades.

A identidade portuguesa terá em Freyre um renovador, alguém que dá ao povo português uma identificação cultural até então inexistente. O novo nacionalismo português usará as ideias de Freyre em seu prosseguimento de colonização, apontando esta como harmoniosa. Este novo nacionalismo, criado durante o período de governo de Oliveira Salazar, será a base para a atual identidade portuguesa, tendo no lusotropicalismo um de seus legitimadores. Mesmo após várias décadas, as ideias lusotropicalistas continuam no imaginário português. Permanece o orgulho da história da pátria e, principalmente, da história dos "descobrimentos" e da colonização (CASTELO, 2008, p.297). Freyre também será importante na criação da identidade brasileira, sendo *Casa Grande & Senzala* um dos livros bases da identidade nacional moderna, cujo sentimento de povo nascido da mestiçagem é de crucial importância na percepção do Brasil como um povo criado através da mistura de diferentes povos. Portanto, mesmo

---

<sup>21</sup> No caso, em alusão as viagens cedidas pelo governo português ao pesquisador brasileiro.

com todas as críticas feitas a Freyre, sua participação na criação de uma identidade brasileira será determinante para a memória do país.

Freyre foi um ícone tanto de colonizadores quanto de colonizados, tendo definitiva participação na compreensão moderna do que é ser português ou brasileiro. O luso-tropicalismo buscava uma identidade única entre os povos lusófonos, que não teve êxito graças a conflitos armados e políticas opressoras, porém, sua ideia irá influenciar na formação de duas identidades diferentes. Será mais um campo de disputa, mas desta vez ideológico, pela compreensão da própria identidade, e do que é o outro.

### 3. Análise comparativa entre livros didáticos portugueses e brasileiros

Busquei em meu primeiro capítulo demonstrar como há diferenças entre a historiografia brasileira e portuguesa do século XX quanto à memória da vinda de Cabral ao Brasil e da colonização. No segundo capítulo, foquei na figura de Gilberto Freyre, e como este autor será utilizado por diversos grupos para legitimar suas visões políticas e fortalecer suas identidades. Pretendo, porém, avançar no tempo e visualizar o presente. Neste terceiro capítulo busco focar em um dos meios mais importantes de difusão e construção da memória e da identidade: a escola. O ensino de História em sala de aula teve, desde o seu princípio, um papel importante na formação de uma identidade nacional, sempre identificando o indivíduo como não apenas um cidadão do país, mas também como ocidental e cristão em um primeiro momento, ou de um indivíduo pertencente a um sistema capitalista globalizado em um segundo momento (BITTENCOURT, 2010, p.17). Atualmente, contudo, as perspectivas identitárias trabalhadas nas escolas focam-se nas relações entre diferença e identidade, considerando, assim, a existência de contrastes regionais, culturais, sociais e econômicos (IBIDEM, p.19). Há, portanto, um enfoque não apenas nas identidades, mas também nas diferenças entre os povos<sup>22</sup>.

A escola no Brasil passa, então, a dar atenção não mais à identidade nacional trabalhada, mas sim às identidades regionais. Em um país cujas dimensões são tão extensas, essa peculiaridade em trabalhar com as identidades regionais em sala de aula ajudou na construção de uma pluralidade de culturas e meios sociais acima da existência de uma homogênea nação. A diferença primordial entre a identidade nacional e a identidade regional é a cultura. E enquanto a identidade nacional prima pela nação e pelo nacionalismo, de forma forte e impositiva, a identidade regional prima pela universalidade, ou seja, na existência de uma diversidade de grupos diferentes entre si por questões econômicas, sociais e históricas (LAGES, 2008, p. 426). O Brasil passa a ter, portanto, uma maior aceitação em sua heterogeneidade cultural, e passa a valorizar esta característica.

---

<sup>22</sup> Diferenças das mais diversas, conforme as condições ou localizações de cada escola, de cada comunidade. Há, com isso, uma maior liberdade da comunidade escolar, que pode definir como será trabalhada a sua história e as suas memórias.

Em Portugal as identidades são menos fragmentadas, graças à menor extensão territorial e ao maior período de existência do estado português. Apesar de haver diferenças entre as populações das diversas regiões de Portugal, como do Minho, do Alentejo ou dos Açores, a identidade nacional portuguesa é menos discutida, graças ao pequeno território do país. A identidade portuguesa será trabalhada menos no sentido regional, valorizando, por conseguinte, a língua materna<sup>23</sup>, os símbolos nacionais, as personalidades nacionais e os fatos históricos relevantes para a nação. Há, portanto, uma maior homogeneização da criação da identidade nacional, apesar de não descartarem a valorização do regional (ARAÚJO, 2008, p.120).

A identidade de um povo constitui-se também graças às memórias individuais e coletivas. A memória é importante para que os habitantes se identifiquem com o seu próprio grupo ou com o local onde vivem e entendam as suas origens e as experiências sociais com que convivem. A memória, portanto, esclarece os vínculos entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha (BITTENCOURT, 2010, p. 139). A reprodução dela tem, deste modo, fundamental importância para o entendimento do mundo que nos cerca, tanto no presente como na construção do passado, e por este motivo é trabalhada nas escolas.

Tanto a memória quanto a identidade são questões trabalhadas nas escolas, e também nos livros didáticos. O livro didático é uma mercadoria que obedece ao mercado de seu tempo (IBIDEM, p.71), porém, ele também é um importante veículo portador de sistema de valores, ideologias e de cultura (IBIDEM, p.72). Ele é uma criação de seu tempo, que demonstra os valores de uma sociedade, o que ela valoriza naquele período, quais são os preconceitos, focos e questões importantes. O livro didático é um documento, já que, como objeto de seu tempo, ele é passível de ser investigado. Através dele, e das perguntas efetuadas pelo investigador, é possível perceber o que determinados grupos queriam dar ênfase, seja os governos, as editoras ou os sujeitos (IBIDEM, p.86). O livro didático é, por conseqüência, uma importante

---

<sup>23</sup> Há apenas um caso da existência de uma segunda língua no território português, no caso, a língua Mirandesa em Trás-os-Montes. A língua, que hoje é pouco falada, é uma variante da língua do antigo reino de Leão. A língua mirandesa foi, durante muitos anos, sendo esquecida. Porém, há a partir dos anos de 1987/88 a criação de uma lei que regulamenta o ensino da língua nas escolas de Miranda-do-Douro e em 1999 há o reconhecimento político da língua, com a elaboração de uma norma escrita para a língua e a implementação de estudos sobre a língua em algumas universidades, como a do Minho, Coimbra, Toulouse e Salamanca (<http://www.cm-mdouro.pt/cultura/lingua-mirandesa/> acessado em 11 de Novembro de 2014).

fonte para a percepção de como os povos, em determinados períodos, enxergam e propagam as ideias, memórias e identidades.

Analisar os livros didáticos é um meio eficaz de identificar como os brasileiros e os portugueses percebem e constroem os temas históricos, porém, para analisá-los é necessário compreender quem os produziu. Portanto, iniciei minha análise percebendo quais os autores que produziram os livros didáticos selecionados para a minha pesquisa.

Os livros didáticos em Portugal são produzidos por apenas três grandes grupos, o LeYa, Santillana e Porto Editora. Esses três grupos são os únicos que produzem manuais escolares, sendo que cada um deles possui ao menos duas editoras com lançamentos de livros didáticos. Em minha pesquisa selecionei dois livros produzidos pelo grupo Porto Editora. Este grupo possui nove livros didáticos diferentes no mercado Português no ano de 2014, sendo divididos em três editoras: Areal, Porto e Raiz. Os dois livros analisados são, portanto, do mesmo grupo, apesar de editoras diferentes. O livro "Viva a História!" é produzido por Cristina Maia, Cláudia Pinto Ribeiro e Isabel Afonso. Não encontrei nenhuma informação sobre essas três autoras e nem sobre consultores, exceto por uma pequena nota na folha de rosto que indica que o livro foi avaliado por especialistas, mas nenhum nome é apontado. No livro "História Oito", porém, há o indicativo dos consultores do livro. Neste, além de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeia e Raquel P. Henriques, há também a consultoria do famoso Prof. Doutor José Mattoso, famoso historiador medievalista que foi diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Prof. Doutor João Paulo Avelãs Nunes, historiador e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O nome dos dois está em negrito e em primeiro plano, demonstrando a importância dada pela editora em mostrar os especialistas que participaram da produção do manual didático. Os dois livros citados são utilizados por escolas de todas as regiões de Portugal e não possuem edições para cada ano do ensino básico (fundamental) e ensino secundarista (médio).

Os livros didáticos brasileiros também são produzidos por grandes grupos de editoras<sup>24</sup>. E como em Portugal, esses grupos possuem mais de uma editora publicando livros, como, por exemplo, a Abril Educação, filiada a Abril Editora, que publica livros

---

<sup>24</sup> Há diversos grupos reconhecidos pela produção de livros didáticos como a Abril Editora, Positivo, LeYa, Sandillana e Editora do Brasil.

através da Editora Ática e da Editora Scipione. O livro "Projeto Radix" é um dos livros publicados pela Abril Educação, mais precisamente pela Editora Scipione, e é utilizado em todas as regiões do Brasil, tendo Cláudio Vicentino como organizador, que além de ser bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, também trabalha em cursos pré-vestibulares e ensino médio. Ele possui edições do sexto ano ao nono ano do ensino fundamental. Já o "Projeto Araribá" é produzido pela Editora Moderna, parceira do grupo Santillana, e organizado por Maria Raquel Apolinário. Maria Apolinário possui em seu currículo, além do curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade de São Paulo, uma experiência de doze anos como professora na rede pública de ensino e também possui edições apenas nos anos finais do ensino fundamental. Os dois livros possuem tiragem nacional, possuindo, e além dos livros didáticos, também material complementar através de conteúdo digital. Os dois estão presentes no Plano Nacional do Livro Didático de 2014.

Para melhor facilitar a análise decidi, através da história comparada, criar diferentes categorias onde comparo questões específicas entre os livros didáticos que utilizo. Esta divisão por categorias é de fundamental importância, pois através delas posso focar-me na existência ou ocultamento de pontos importantes na história dos dois países, além de facilitar a análise.

### **3.1 – Antecedentes da viagem de Cabral e a política externa portuguesa**

A primeira análise que busco comparar é um tema esquecido pela historiografia brasileira. A relação entre Portugal e suas colônias é mais antiga do que a viagem de Pedro Álvares Cabral. Mesmo relacionado ao continente americano, o contato luso com este é anterior ao ano de 1500, como demonstrado no capítulo 1. Portanto, compreender a política interna e externa portuguesa ajuda a entender a viagem de Cabral e a política colonial portuguesa do século XVI em relação ao Brasil. Este é, por conseguinte, um tema importante de se apresentar nos livros didáticos, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Tanto os livros didáticos portugueses quanto os brasileiros vão dar uma atenção a estes antecedentes. Em todos, há um tópico específico para a explicação do porque do

pioneirismo português nas expansões marítimas, e há o consenso quanto aos motivos. Todos os livros vão relatar que há uma pluralidade de razões para Portugal ter sido o primeiro país europeu a expandir-se via oceano atlântico. Todos irão apontar que os motivos para este pioneirismo são: a luta religiosa contra os infiéis e a busca por novas "almas católicas", o fortalecimento da burguesia e a busca da nobreza por novas posses, o convívio diário com o mar e o aumento da pesca, o investimento em navegação e o entendimento de uma série de técnicas náuticas adquiridas dos mouros e dos judeus e, por fim, a prematura centralização política de Portugal. Os livros focam nesta explicação, como um ponto fundamental para a compreensão do que viria posteriormente.

Há após esta introdução uma divisão entre os livros didáticos. Entre os livros portugueses, há uma descrição acentuada na expansão lusa na África e Ásia, dando destaque também as ilhas da Madeira e Açores. Também destacam figuras históricas fundamentais para a expansão, como o infante D. Henrique, Gil Eanes, Vasco da Gama, os reis D. Afonso V e D. João II e Pedro Álvares Cabral. Ambos os livros dão atenção a estas figuras, relatando a importância de cada uma para este período. Dentre os momentos citados mais relevantes pelos objetos de estudos, destacam-se a conquista de Ceuta, a importância de São Jorge da Mina para Portugal e as conquistas na Ásia, cuja região vai ser destacada como a mais importante aquisição portuguesa do período, graças ao comércio. Os livros também darão destaque ao contato entre as diferentes culturas com a portuguesa e a formação do império ultramarino português.

Os livros didáticos brasileiros, porém, divergem-se entre si. Enquanto no "Projeto Radix" há uma grande explicação sobre a formação do estado português desde o século XII até o século XV e da evolução política e social do país, no livro "Projeto Araribá" não há nenhuma informação sobre a formação de Portugal ou os antecedentes políticos anteriores à expansão portuguesa. A conquista da cidade de Ceuta não é apresentada no livro e a expansão marítima portuguesa na África e Ásia é pouco explorada. Apesar de ambos terem um tópico específico sobre estes eventos, tanto no "Projeto Araribá" quanto no "Projeto Radix" não há menção as outras regiões conquistadas pelos portugueses, como as ilhas no oceano atlântico ou as regiões na costa leste e oeste da África. Todos, porém, vão dar ênfase nas viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

As imagens utilizadas pelos livros didáticos se assemelham bastante, tanto entre os livros portugueses quanto os brasileiros. Todos se utilizam de mapas para a melhor visualização dos caminhos efetuados pelas viagens portuguesas. No livro "História Oito", há ênfase em imagens descritivas, como uma gravura da cidade de Ceuta e uma do Infante D. Henrique. Há também uma iconografia demonstrando pessoas em convívio com o mar, cuja descrição foca na importância do mar para a população lusitana (anexo I) e também uma imagem de um mercado na cidade de Goa (anexo II). Com estas duas imagens, podemos perceber que o livro pretende dar ao aluno uma forma de visualização dos temas descritos no texto, como a importância do comércio das índias, ou da vivência com o mar como um dos mais importantes motivos para o pioneirismo português nas expansões marítimas européias. No outro livro português, "Viva a História!", há poucas imagens descritivas, sendo bastante utilizado mapas para a visualização dos alunos quanto ao território expandido. Porém, há uma imagem neste livro que se repetirá no livro brasileiro "Projeto Araribá". A imagem é a celebre pintura de Oscar Pereira da Silva intitulada "Desembarque de Cabral em Porto Seguro" (anexo III). Esta, que é uma imagem bastante utilizada pelos meios de comunicação e pelos livros didáticos, é cercada de críticas pelo modo como retrata os indígenas e os portugueses. Porém, em ambos os livros há a utilização desta imagem sem haver uma análise acerca do que ela está representando sobre os sujeitos, o evento, a veracidade da reconstituição feita pelo autor e do próprio período do pintor da obra. Portanto, os dois livros vão retratar este evento, através de uma pintura, sem uma problematização da mesma.

No "Projeto Radix" há uma série de imagens que retratam figuras importantes de Portugal, como um retrato do infante D. Henrique e uma pintura retratando o casamento de D. João I com Dona Filipa da Inglaterra, demonstrando, assim, a aliança luso-britânica efetuada em 1373 (anexo IV). São, com isso, imagens relevantes para o entendimento de uma série de relações políticas efetuadas por Portugal neste período, seguindo o amplo texto explicativo sobre a formação do estado português.

Por fim, as atividades pedidas pelos livros didáticos procuram dar enfoque em questões diferentes uns dos outros. No livro "História Oito", as atividades são direcionadas na resposta do conteúdo presente no manual, não possuindo nenhuma atividade de reflexão, exceto uma que pede para descrever a imagem que representa a pesca entre a população portuguesa. Em "Viva a História!" as atividades relacionam-se

bastante com a importância dos personagens históricos, como por exemplo, quando pede quem foi o grande impulsionador dos descobrimentos, estando uma imagem do infante D. Henrique ao lado, ou quando pergunta quem dobrou o cabo bojador pela primeira vez. Também estão presentes questões referentes à orientação política de D. Afonso V ou que tipo de alteração D. João II efetivou. Há, portanto, nos dois livros, um direcionamento a perguntas menos reflexivas, e mais de conexões de períodos ou atitudes. Dentre os livros didáticos brasileiros, apenas o "Projeto Araribá" possui atividades. Neste, há o enfoque na comparação entre a expansão marítima portuguesa e espanhola e na percepção de mundo que existia antes da chegada dos europeus em terras americanas. No Projeto Radix, porém, há um trabalho com documento, da qual através de um trecho do livro *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões há uma série de questionamentos acerca do documento utilizado em relação com a expansão portuguesa. Dentre as perguntas, destaca-se a última atividade, da qual o autor propõe a construção, por cada aluno, de um poema de exaltação dos feitos dos portugueses do passado. A proposta do autor acaba se tornando pouco produtiva, tanto para a análise do documento, quanto para a utilização da atividade em sala de aula. Uma fonte como os *Lusíadas* deve ser utilizada com cuidados, já que a mesma é utilizada ainda hoje na construção da memória portuguesa sobre as expansões e, por isso, é um documento em disputa, vivo no imaginário lusitano.

Podemos concluir que sobre este período histórico os livros didáticos portugueses procuram trabalhar sobre o tema através da perspectiva dos grandes personagens e dos grandes acontecimentos, resgatando a memória do povo através dos reis, infante e capitães de armada e das grandes conquistas, assim como é trabalhado este mesmo período pela historiografia portuguesa clássica, que destaca os grandes personagens em detrimento de outros grupos e que foca na história política e econômica acima das relações sociais que se estabeleceram em Portugal durante o processo das expansões. Nos livros brasileiros, há divergência entre os dois livros, onde é possível perceber a valorização deste período no "Projeto Radix" enquanto que no "Projeto Araribá" há o silenciamento deste momento da história portuguesa, demonstrando a pouca importância dada pelo livro aos antecedentes do aparecimento do Brasil nas fontes escritas e lembrando a mesma atitude vista pelos historiadores brasileiros trabalhados no primeiro capítulo. É possível, com isso, perceber a reprodução de ideologias de historiadores antigos nos livros didáticos dos dois países, e a pouca troca

historiográfica presente nos mesmos, excetuando no livro "Projeto Radix", que abre espaço para a compreensão de Portugal antes da viagem de Cabral.

### **3.2 – A viagem de Cabral e o descobrimento do Brasil**

A viagem de Cabral rumo ao oriente, que sofreu um desvio não explicado que acarretou na chegada dos portugueses na terra de Vera Cruz, nome dado por Pedro Álvares Cabral para o atual Brasil, é um dos eventos dos mais significativos para a história dos dois países. Além de ser o primeiro relato sobre a terra e os habitantes do que chamamos Brasil, é também um dos eventos mais obscuros da expansão marítima portuguesa. Sua importância, e existência, é uma das mais relevantes desde período para os povos envolvidos. Por ser tão fundamental para a história de ambas as nações, há trechos em texto sobre este evento em todos os livros analisados, porém novamente é possível perceber diferenciações no modo de se relacionar com este.

Nos livros portugueses, há a utilização da palavra descoberta, tendo os trechos que citam a viagem de Cabral os seguintes títulos: "Como aconteceu à descoberta do Brasil?" presente no livro "Viva a História" e "A descoberta do Brasil" como é utilizado pelo "História Oito". Nos livros didáticos brasileiros, não há em nenhum momento a utilização desta palavra tanto nos títulos quanto no corpo do texto, sendo substituído por "viagem", "ancorar" ou "chegada". A diferença de termo utilizado implica numa mudança de percepção do evento histórico. Enquanto os portugueses referem-se ao descobrir o novo, silenciando a existência das populações nativas da região e sendo protagonistas da história da terra que será conquistada, os brasileiros passam a criticar esta visão, apoiando-se em termos que induzem apenas na chegada dos portugueses e evitando a utilização deste discurso eurocentrista. Como o próprio Foucault afirma: "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou o sistema de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (1996, p.10), sendo o modo de se referir a chegada de Cabral ao Brasil uma disputa cotidiana entre portugueses e brasileiros.

Há, porém, alguns pontos que tanto os livros brasileiros quanto os portugueses possuem concordância. Em todos os livros, há a problematização do possível

conhecimento prévio dos portugueses quanto às terras brasileiras, e que provavelmente não haveria sido este o primeiro momento em que portugueses haviam reconhecido terras americanas. Outra concordância é sobre a missão de Pedro Álvares Cabral ir ao oriente, e de que as terras brasileiras não despertavam interesse aos lusitanos.

Entretanto, tirando essas referências, e uma imagem de Cabral no livro "Projeto Araribá", não há mais nada sobre o capitão da armada que aportou no Brasil ou sobre a armada em si nos manuais brasileiros. Há, portanto, um silenciamento dos livros didáticos brasileiros sobre este evento, demonstrando que a viagem de Cabral ao Brasil foi um evento de menor relevância, ou evitando adentrar mais sobre o assunto, enquanto que nos livros didáticos portugueses prosseguem falando sobre o tema através de imagens, atividades e principalmente uma fonte primária: um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei, em ambos os livros didáticos de Portugal. O trecho escolhido pelos livros portugueses é o mesmo (anexo V), e refere-se às primeiras impressões de Pero Vaz de Caminha sobre o grupo indígena com quem teve contato. Através desta fonte primária há uma atividade em cada um dos dois livros, pedindo a leitura desta e destacando diversas perguntas, das quais destaco uma de "História Oito" que pede como foi a descrição dos indígenas por Pero Vaz de Caminha e outra de "Viva a História!" que pergunta como Caminha descreveu a recepção dos portugueses pelos indígenas e como era o povo nativo da América segundo a descrição do mesmo. Em ambas, os livros buscam demonstrar como foi o contato entre o povo indígena e os portugueses, porém é perceptível certa centralização dos autores, quando ao invés de por em questão uma reflexão sobre os próprios indígenas, fazem questão de refletir sobre os próprios portugueses, de como eles viram os indígenas e como se relacionaram, deixando de utilizar o que de melhor a fonte introduz: uma visão do novo, do desconhecido, do outro. Não há, em nenhum momento, uma proposta de pensar o indígena como sujeito, sendo realçada a visão dos nativos como parte da natureza do local.

Além desta fonte primária e da atividade efetuada pelos livros didáticos, há também menção a figura de Pedro Álvares Cabral em ambos os livros, uma imagem do indígena de uma gravura da época das expansões no livro "História Oito" e uma descrição da armada de Cabral em "Viva a História!".

### 3.3 – Primeiros contatos e colonização

O tema da colonização e dos contatos iniciais entre portugueses e indígenas é o que mais possui páginas e é mais debatido nos livros didáticos. Em cada um dos livros analisados, há pelo menos quatro páginas completas com imagens, texto e curiosidades. Isto demonstra a importância que tanto portugueses quanto brasileiros dão a este tema. Novamente, através de minha análise, pude perceber que a ênfase dada nos dois países é diferente, e os sujeitos trabalhados também o são.

Inicialmente, é perceptível a pouca presença ou até ausência do sujeito indígena, sendo apenas citados na relação do escambo ou da escravização nos dois livros didáticos de Portugal. Nos poucos detalhes sobre os índios existe o foco na simplicidade da sociedade indígena, como visto em "História Oito" quando expõe que:

O território brasileiro estava coberto, na sua maior parte, por floresta virgem e era pouco povoado. Era habitado por tribos de ameríndios seminômadas, com um nível de desenvolvimento técnico típico do Neolítico. Desconheciam o trabalho dos metais e viviam sobretudo da recoleção, praticando uma agricultura muito rudimentar. (DINIZ et al, 2014, p.34).

O livro "Viva a História!" descreve, da mesma maneira, a sociedade indígena. A impressão que os livros passam é que a própria origem do Brasil não é determinada pela relação entre os indígenas e os portugueses, mas sim na intensificação ou não da colonização. Em outras palavras, podemos perceber que os livros didáticos de Portugal trabalham o território brasileiro como uma extensão do próprio território, dando foco única e exclusivamente na atuação do colonizador, ao invés de trabalhar sobre a relação que existia entre os poucos portugueses e a imensidão de indígenas em terras americanas.

Nos dois livros didáticos brasileiros há uma discussão sobre como devemos perceber o território brasileiro neste período, se deveríamos pensar nele já como Brasil, ou como América portuguesa. Em ambos, a reflexão termina com a conclusão de que América portuguesa é o mais correto, já que não havia uma identidade brasileira, mas sim moradores de diferentes regiões, como "moradores das Minas", "pernambucanos" ou "bahianos", porém esta ideia não exclui a necessidade de perceber a relação social presente entre os indígenas nativos e os colonos portugueses, e em ambos os livros didáticos brasileiros é trabalhada essa relação. O convívio entre os grupos indígenas e os

portugueses será trabalhado também no sentido do escambo, porém dando enfoque na mudança de diálogo entre portugueses e indígenas, do escambo como uma relação pacífica para o trabalho compulsório após a introdução da cana-de-açúcar e dos engenhos.

É possível perceber que os manuais portugueses dão atenção na questão econômica e política da colonização no Brasil. Os livros didáticos lusos vão apontar uma mesma direção, que é a evolução do sistema econômico do Brasil. Eles começam com o pau-brasil e o pouco interesse da coroa, depois avançam para as capitânicas hereditárias, descrevendo vastamente os motivos destas, quais as principais capitânicas e as causas da decadência, e terminam com a formação do Governo-Geral e a fundação da vila de Salvador. Também descrevem como os engenhos funcionavam, e trazem fontes primárias de um colono do século XVII que descreve a vida e o funcionamento de um engenho (anexo VI). Os livros didáticos brasileiros vão seguir caminho semelhante, porém, como demonstrado na questão indígena, vão dar enfoque na questão social, além da econômica. Também será trabalhada, por ambos, a extração do pau-brasil, a fundação das vilas e a divisão pelas capitânicas hereditárias. Porém, serão discutidos temas diferenciados. Enquanto no "Projeto Araribá" será apontada a questão ecológica, descrevendo a extração do pau-brasil como "o primeiro desastre ecológico do Brasil" (anexo VII), no livro "Projeto Radix" será efetuada uma reflexão acerca da relação entre os indígenas e os portugueses, no caso, se o escambo era uma imposição européia, ou se os indígenas também ganhavam com isto e o faziam por vontade própria, a fim de conseguir seus próprios ganhos. Em ambos, podemos perceber reflexões diferenciadas sobre o tema, buscando quebrar a ideia de indígenas como sujeitos passivos, ou a extração do pau-brasil como um evento isolado e pouco importante para a atualidade. Os dois livros prosseguem com a formação do governo-geral e concluem com detalhes sobre a sociedade brasileira do século XVI, descrevendo a organização das vilas brasileiras e da formação das missões jesuíticas e de sua importância para a aproximação da cultura indígena com a européia. Este último também é citado no livro "História Oito", porém de modo resumido e sem nenhuma relação com os indígenas.

Nas imagens e nas atividades, segue-se o mesmo modelo, sendo o indígena um sujeito histórico esquecido pelo lado português e destacado pelo brasileiro. Tanto no livro "História Oito" quanto em "Viva a História!", as imagens assemelham-se, ambos possuindo mapas do século XVI com a localização das vilas e da divisão das capitânicas,

e uma imagem descritiva de um engenho em cada um. No livro "História Oito" há também um mapa apresentando a intensidade de povoamento do território brasileiro (anexo VIII). As atividades relacionam-se com a resposta de quem foi o primeiro governador-geral, de como funcionava um engenho ou do que eram as capitanias e como elas eram administradas.

Nos livros brasileiros, as imagens também possuem enfoques diferentes. Ambos buscam relacionar o passado com o presente, tendo nos dois livros imagens do atual centro histórico de Salvador, e no caso do livro "Projeto Radix", a imagem do colégio de São Paulo, prédio fundador da atual cidade de São Paulo, da Igreja de São Cosme e São Damião aos arredores de Olinda e Recife, fundada por Duarte Coelho, e uma pintura de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega convertendo os indígenas. No "Projeto Araribá", as imagens relacionam-se com o texto, apresentando uma gravura de 1592 mostrando um combate entre franceses e portugueses em águas brasileiras e um mapa de 1541 retratando o escambo. Sobre as capitanias, há apenas um mapa, no "Projeto Radix", demonstrando a divisão das capitanias, porém sem grande enfoque. Este livro também trás uma discussão entre dois historiadores brasileiros que estudaram sobre este tema em uma atividade. Ele utiliza um trecho de Caio Prado Júnior e um de Janice Theodoro da Silva como fonte para uma atividade (anexo IX). Através deste trabalho, o livro busca trabalhar a comparação entre um modo economicista e um cultural de explicar as causas, relações e conseqüências da colonização do Brasil, demonstrando que para os autores dos livros didáticos brasileiros, a colonização ultrapassou a questão econômica e teve completa relação social e cultural. Já nos livros portugueses, quando restringem a colonização do Brasil com o plantio de cana-de-açúcar e a formação dos engenhos, focam apenas na relação econômica da colonização, principalmente porque ao reduzir este processo limitando-se a falar dos engenhos, transforma a colonização numa ação puramente portuguesa, já que os engenhos são empreendimentos lusos na América.

### **3.4 – Povos indígenas e a relação cultural na colonização**

Os povos indígenas foram, sem sombra de dúvida, os sujeitos mais afetados pela colonização européia no continente americano. Porém, historicamente são sujeitos

esquecidos na história, já que foram os grandes derrotados deste processo. No ano de 2008 é criada no Brasil a lei 11.645, a qual estabeleceu ao currículo oficial o ensino de história afro-brasileira e indígena, obrigando a abordagem de assuntos relacionados aos povos indígenas, até então marginalizados e esquecidos nas escolas. Enquanto no Brasil existe esta lei, que obriga a inclusão da temática indígena nos bancos escolares, não há em Portugal uma lei semelhante. O que percebemos com isto é a inexistência da relação do colonizador com o outro, mesmo que ele tenha participado do processo de modo efetivo.

Nos livros didáticos portugueses não há quase nenhuma menção sobre os povos nativos da América, tanto da região conquistada pelos portugueses, quanto pelos espanhóis. O sujeito indígena é desconsiderado, sendo exposto mais como uma paisagem natural do novo continente conquistado do que como sujeito ativo na história da colonização. Nos manuais portugueses, portanto, há poucas menções aos povos indígenas, e em todas é possível perceber preconceito e desinformação. Primeiramente, o momento com maior informação quanto aos povos indígenas é uma carta de Pero Vaz de Caminha da qual cita pequenas informações da tonalidade de pele e alguma característica cultural ou psicológica, como a utilização da mandioca como principal fonte de alimento ou a percepção de Caminha sobre a inocência dos índios. Em ambos, há também a informação de que os indígenas eram seminômades, que viviam da agricultura alimentar e de que possuíam desenvolvimento semelhante ao neolítico, além de não terem um sistema de comércio organizado, como visto anteriormente na descrição das sociedades indígenas pelo livro "História Oito". As características dos indígenas encerram-se aí. Além desta pequena explanação sobre algumas características sociais e culturais dos índios, o livro "História Oito" vai afirmar que os povos indígenas sofreram aculturação<sup>25</sup> e o "Viva a História!" vai citar a existência das missões jesuíticas, e que essas tiveram ação notável na conversão dos índios ao cristianismo. Neste processo de cristianização, porém, destaco um trecho do livro "Viva a História!", da qual o livro afirma, quando comenta sobre os fenômenos de exclusão presentes nas relações culturais entre os diferentes povos no processo de colonização, que:

---

<sup>25</sup> A utilização do termo aculturação aparece em um trecho onde os autores buscaram apresentar as influências e choques culturais ocorridas com a colonização européia na América, quando citam que um exemplo de aculturação foi a relação de Portugueses e Espanhóis com os indígenas da América do Sul (DINIZ et al, 2014, P.30).

Além disso, os padres da Companhia de Jesus depressa se bateram pela instrução e defesa das comunidades indígenas, mais interessados na sua conversão ao cristianismo. Os Padres António Vieira e Manuel da Nóbrega foram missionários que tiveram ação notável tanto do ponto de vista cultural como religioso. (MAIA et al, 2014, p.32)

O comentário sobre os indígenas encerra nesta afirmação, da qual as autoras elogiam a "ação notável" de conversão dos indígenas ao cristianismo, numa defesa a conquista e do domínio dos portugueses sobre os povos indígenas. Percebemos, com isso, a inexistência do indígena como sujeito histórico atuante, sendo apenas mais uma paisagem a ser modificada pelo colonizador, através da conquista, assimilação e da escravização.

Nos livros didáticos brasileiros, porém, podemos perceber um grande enfoque na história indígena, com destaque ao livro "Projeto Araribá". O indígena aparece em ambos como um sujeito atuante no período da colonização. Os livros expõem, com isto, a presença do índio como povos em relação constante com os colonizadores, como no trecho do regimento de Tomé de Souza que indica a preocupação da fortificação por causa dos ataques corriqueiros de povos indígenas (anexo X) ou em um trecho de Jean de Léry (anexo XI) da qual é aberta a discussão sobre a diferença cultural entre os europeus e os indígenas. Para além destas atividades, também existe no livro "Projeto Araribá" duas páginas com textos e imagens exclusivas sobre os índios, descrevendo a sociedade Tupi, expondo a pluralidade cultural dos povos indígenas e as condições destes na atualidade. No mesmo livro há um mapa das terras indígenas atuais no Brasil e duas imagens de dois povos indígenas diferentes nos dias atuais. Além disso, há uma atividade final onde o aluno deve analisar uma fonte primária, da qual consiste em interpretar um escrito de Jean de Léry, da qual o francês comenta a sua convivência com os índios Tupinambás.

No "Projeto Radix", todavia, há um menor enfoque nos indígenas, não havendo nenhuma informação destes na atualidade, ou na pluralidade cultural dos mesmos, tendo nas missões jesuíticas seu principal foco, e nos indígenas como plano de fundo. O principal trabalho do livro sobre os indígenas é através de uma comparação entre a distribuição espacial e o modo de vida indígena numa missão jesuítica e as mesmas em uma aldeia, através de duas imagens, um de uma aldeia indígena e outra de uma missão (anexo XII). Outro momento em que o livro se refere aos indígenas é em uma fonte primária, no caso uma carta de José de Anchieta, da qual o padre reclama da constante

ameaça que os Tamoios exercem. Por fim, o livro concluiu que, sem sombra de dúvidas, os maiores derrotados do processo da colonização foram os nativos da América, destacando as violências e, principalmente, a perda de suas culturas, modos de vida e liberdades.

Percebo, com isto, que, em ambos os livros didáticos brasileiros, os indígenas são apontados como sujeitos que teve influência no processo colonizador, seja através das ameaças que constantemente efetuavam, seja na descrição das sociedades indígenas e também na demonstração destes grupos na atualidade. Não posso afirmar, ao certo, se a presença do indígena como um sujeito atuante no processo da colonização que está presente nos livros didáticos brasileiros é oriundo da própria consciência dos organizadores dos livros, ou da própria percepção da sociedade brasileira sobre o assunto, ou se está ali apenas por causa da lei. Porém, independente do motivo desta presença, este aparecimento do sujeito índio é de fundamental importância para uma maior democratização da memória da colonização, retirando do destaque apenas os colonizadores para efetivamente destacar neste fato histórico todos os que tiveram influência durante o processo.

### **3.5 - Influências historiográficas e o luso-tropicalismo**

Entender como os livros didáticos trabalham sobre cada categoria ajuda a perceber como cada uma das duas nações trabalha a memória desses eventos. Os livros didáticos trazem referências da historiografia de cada um de seus países e a ideologia recorrente dos mesmos. É natural perceber o mesmo foco entre os historiadores citados no capítulo 1 e os livros didáticos, como, por exemplo, nos manuais portugueses, que empregam uma vertente econômico-política da história das expansões portuguesas e da colonização, enquanto nos livros didáticos brasileiros o foco acontece na questão social. Os livros brasileiros, portanto, vão dar menos espaço a questões políticas acerca da viagem de Cabral, ou da colonização, detalhando menos as capitânicas hereditárias e dando maior destaque ao contato do colono com o indígena, ou com a construção das vilas e estabelecimento da administração colonial.

Porém, em ambos os livros é possível perceber influências da historiografia do outro. No "Projeto Radix", a extensa explicação sobre a constituição de Portugal em um estado independente, centralizado e preparado para as expansões possui bastante detalhamento presentes nas historiografias portuguesas, como as explicações das diferentes dinastias reais e a importância de vários reis portugueses para estes eventos. Do outro lado, em "Viva a História!", é possível perceber a influência de Gilberto Freyre, quando é citada a ideia de miscigenação, como em um box no livro "História Oito" (2014, p. 52), que afirma que as origens do Brasil remontam da multiculturalidade sucedida pela colonização. Porém, ao apontar a miscigenação como uma consequência da colonização europeia, e não apenas portuguesa, não é possível identificar nesta questão uma ideia luso-tropicalista. O luso-tropicalismo, porém, pode ser percebido de outra maneira. Quando citada a colonização espanhola, existe uma diferença de como é tratada quando comparada com a portuguesa. Há no livro "Viva a História!" um tópico exclusivo sobre as sociedades subjugadas pelos espanhóis durante a colonização da América, relatando as violências causadas pelo processo colonizador dos espanhóis, porém, em nenhum momento existe tal referência sobre as populações subjugadas pelos portugueses. O mesmo pode ser percebido no livro "História Oito", que repete a mesma ideologia, ao apresentar um tópico exclusivo sobre as consequências da colonização espanhola para as populações locais, e ocultando o mesmo para a colonização portuguesa. É possível perceber, portanto, uma referência sobre o luso-tropicalismo através do silenciamento da violência da colonização lusitana. A impressão que os manuais portugueses refletem é que não houve violência na colonização do Brasil, recriado a ideia de colonização harmoniosa, excetuando os ataques indígenas demonstrados pelas fontes trabalhadas nos dois livros. O luso-tropicalismo está, portanto, sendo refletido não na fala, mas no ocultamento.

### **3.6 - Memória e identidade nos livros didáticos**

A escola é uma preciosa formadora de identidades e personalidades, sendo o livro didático o seu dispositivo potencializador (ROCHA et al, 2009, P. 281). O livro didático é, como nas palavras de Bittencourt, "um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura" (2010, p.72). Portanto, ele tem

papel fundamental na construção de memórias e identidades. Como Le Goff afirma que, tanto memória quanto identidade são atividades fundamentais das sociedades de hoje (2003, p.469), que buscam através delas a própria sobrevivência e promoção. (IBIDEM).

Através da comparação entre os livros didáticos pude perceber que o modo como os manuais de cada país trabalha os eventos relacionados à colonização portuguesa no Brasil é distinto, sendo perceptível o diferente modo de narrar os eventos entre os livros lusos e brasileiros, e conseqüentemente a construção da memória e identidade são distintas. Os manuais portugueses focam na própria história de Portugal, porém anulam algumas questões que cercaram o contato dos diferentes povos consigo mesmo. Descrevem bastantes eventos relevantes da própria história e exaltam reis e outros personagens do período, valorizando o sentimento de nacionalismo, porém quando descrevem os efeitos das trocas culturais na colonização, o fazem carregados de preconceitos ou, como na maior parte dos momentos, excluindo a existência do outro como sujeito ativo. Adotam esta exclusão por assumirem uma identidade de colonizador harmonioso, preceito reproduzido do luso-tropicalismo de Freyre, ou seja, ocultam a violência imposta no processo colonizador, e o fazem transformando o outro em paisagem, esta sim passível de alteração. O luso-tropicalismo de Freyre é revelado, portanto, na ausência do sujeito violentado, e reproduzindo a violência dos outros processos de colonização, construindo, assim, uma memória benigna do processo de colonização portuguesa, transformando numa das marcas da portugalidade a ideia de uma Portugal anti-racista e ecumênica, em contraponto aos outros povos nacionalistas, etnocêntricos e xenófobos (CASTELO, 2008, p.297-298). Quando presente as conseqüências da relação cultural entre os diferentes povos conquistados, há apenas citações sobre as mudanças alimentares em Portugal, ignorando outras influências causadas pelo contato cultural com as diferentes populações indígenas. A memória portuguesa da colonização será, então, cercada pela valorização do passado glorioso, da qual Portugal era um império coeso e harmonioso. O Brasil será, para eles, uma extensão do seu próprio império, e sua colonização será quase exclusivamente relacionada às ações econômicas e políticas. A memória da colonização do Brasil será construída, portanto, pelos livros didáticos, como um grande empreendimento do império português.

Nos livros didáticos brasileiros há também uma construção de memória e identidade. A ênfase maior do período da colonização acontece na valorização do processo de miscigenação que ocorreu durante este evento histórico. Apesar disso, pouco é retratado sobre as conseqüências do contato entre portugueses e indígenas, a não ser nos efeitos causados aos próprios nativos da América, excluindo a importância de Portugal após o início da colonização ou, pelo menos, ocultando os efeitos do contato colonial em Portugal. A identidade do povo brasileiro será construída, portanto, através da oposição e da mitificação das raízes do povo brasileiro. Oposição a identidade do povo português e construção do mito de povo nascido da mistura, da miscigenação. Desta oposição, é perceptível a freqüente exclusão da história de Portugal em relação à formação do Brasil, transformando a importância dos mesmos no simples contato cultural e da implementação de alguns empreendimentos econômicos, excluindo a importância da política imperial portuguesa e sua relevância na formação do Brasil como principal região do império português, facilitando a independência e, por conseguinte, formação do Brasil como nação independente. Assim, será construída uma memória da colonização como o período da formação do povo brasileiro através da mistura cultural e das conseqüências da relação causada pelo contato dos diferentes povos e das diferentes culturas, e não também da relevância do Brasil como território para o império português.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viagem de Cabral e a colonização do Brasil são eventos ainda bastante presente na memória coletiva dos dois países. A importância destes dois momentos históricos nos afeta de maneira singular seja em Portugal com sua memória glorificadora de um passado heróico do povo português ou no Brasil com a construção de uma identidade ainda frágil e instável<sup>26</sup>. Esses eventos, por serem tão relevantes para a história de cada uma das duas nações, possuem construções e percepções diferentes em cada uma. Através deste trabalho, busquei refletir sobre isso através de três fontes diferentes, que se interligam inteiramente, ajudando a compreender ainda mais sobre as semelhanças e diferenças de como cada um dos dois povos vai interagir e perceber esses eventos.

Pude perceber através da comparação entre os historiadores clássicos portugueses e brasileiros que ambos os grupos percebiam e construíam uma memória diferente sobre os mesmos eventos. A historiografia portuguesa analisava as expansões portuguesas e a colonização através de um viés econômico e político enquanto os historiadores brasileiros partiam por uma perspectiva majoritariamente social. Os portugueses, portanto, não adentravam, em nenhum momento nos contatos culturais e sociais que as expansões marítimas acarretaram. Já entre os brasileiros, o ocultamento da política externa portuguesa dá a ideia de como se o Brasil não fizesse parte de um grande império em formação, como se o próprio país já estivesse formado. Percebi, portanto, que há uma disputa pela memória destes eventos entre as duas historiografias.

Através de Gilberto Freyre pude notar outra luta: a de identidades. Gilberto Freyre foi uma figura ambígua em boa parte de sua vida. Defensor de uma brasilidade e de uma tropicologia, ele atendeu a demanda lusa por uma defesa ao colonialismo através de sua teoria luso-tropical. Freyre, quando criou o luso-tropicalismo, queria defender uma identidade lusófona, unificando todos os povos de língua portuguesa e fortalecendo uma comunidade transnacional. Ironicamente, porém, o luso-tropicalismo

---

<sup>26</sup> Como Michel Debrun cita em seu artigo, a identidade nacional brasileira ainda suscita muitas dúvidas, seja pela existência de muitas identidades regionais ou pela grande desigualdade social, econômica e política. Há, porém, de se perceber que a imprensa tem tipo um papel fundamental no incentivo a valorização de uma noção fortalecida de Nação, seja através de seu discurso, ou da construção de uma memória nacional (1990, p. 39-43)

tornou-se uma importante ferramenta na construção de identidades nacionais, das quais Freyre tanto criticava. O luso-tropicalismo tornou-se, então, um campo em disputa entre os portugueses e os grupos anti-colonialistas africanos e brasileiros, que viram neste uma ideologia a ser criticada, e que utilizaram desta para a formação de uma identidade independente, africana, libertária e também brasileira. O luso-tropicalismo ajudou, portanto, não apenas na construção de diferentes identidades, mas foi um campo de disputa onde, através dele, criou-se um espaço de compreensão da própria identidade e a do outro.

Os livros didáticos ajudaram-me a perceber um pouco além do passado, partindo, através deles, para o presente e para as memórias e identidades construídas hoje. A análise dos livros didáticos foi um processo complexo de análise de imagens e discursos. Porém, ela ajudou-me a enriquecer a minha reflexão e a perceber um pouco mais sobre as memórias e identidades construídas por portugueses e brasileiros. É perceptível a reprodução das ideologias dos historiadores clássicos analisados no primeiro capítulo, principalmente o luso-tropicalismo de Freyre, com todos os seus problemas. A ausência do outro em ambos os livros nos ajuda a refletir o pouco diálogo entre pesquisadores brasileiros e portugueses, apesar da proximidade entre os dois países e nos evidencia o ainda presente silenciamento dos povos indígenas, por parte dos portugueses, e do Brasil como parte de um império colonial, por parte dos brasileiros. Esta reprodução ratifica a utilização do livro didático como material cuja proposta é a construção (ou reprodução) de uma identidade nacional acima da própria reconstrução da memória como um campo plural e democrático.

A história comparada, através da iluminação recíproca citada por Barros (2010, p.5), possibilitou-me analisar uma problematização que, durante mais de um ano, perdurou em minha mente. Analisar esses três conjuntos de fontes ajudou-me a perceber o quanto a memória e a identidade portuguesa e brasileira ainda estão em constante disputa, seja através do silenciamento, como visto nos historiadores e nos livros didáticos, ou através de uma disputa entre povos e identidades, como visto no luso-tropicalismo. Não pretendo, porém, encerrar minha pesquisa com este trabalho, afinal, uma resposta não somente trás mais questões, como também encoraja-nos a avançar ao desconhecido à procura de novas respostas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A identidade nacional brasileira. *Estud. av.* [online]. 1990, vol.4, n.8, pp. 39-49. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000100004>.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: contraponto, 1997.

ARAÚJO, Sónia Elvira Fernandes de Almeida. Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural. – (Teses: 17) Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Autora: Sónia Almeida Araújo. Orientadora: Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos. Universidade Aberta. 2004, LISBOA, DEZEMBRO 2008.

BARROS, J. A. História Comparada: um novo modo de ver e fazer história. *Revista de História Comparada*, v. 01, n. 01, 2007, p. 01-30.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.

BURKE, Peter. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAMÕES, Luiz de. *Os Lusíadas*. 2 ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1986.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. *Ensinar história em tempos de memória*. In: CARRETERO, M et el. *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CASTELO, Cláudia. *O Outro no labirinto imperial: orientalismo e lusotropicalismo*. In: CARMO, Renato Miguel do; MELO, Daniel; BLANES, Ruy Llera. *A globalização no divã*. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

CORTESÃO, Jaime. *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Portugália Ed., 1965.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos pré-colombianos dos portugueses*. Lisboa: Portugália, 1966.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922.

CRUZ, Dalcy da Silva. O pensamento Português na Educação Brasileira In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n.2, 2002, Natal.

DINIZ, Maria Emília. TAVARES, Adérito. CALDEIRA, Arlindo M. HENRIQUES, Raquel P. *História Oito*. Lisboa: Raiz Editora, 2014.

DOMINGUES, Francisco Contente. *A Travessia do Mar Oceano: A viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Brasil em 1498*. Lisboa: Tribuna da História, 2012.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Globo, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o Português criou*. São Paulo: É realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. São Paulo: É realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e os Trópicos*. São Paulo: É realizações, 2010.

GAGNEBIN, J. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004. p.99

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LAGES, Mário Ferreira; Matos, Artur Teodoro (orgs). *Portugal Percursos de Interculturalidade, Desafios à Identidade*. Lisboa: ACIDI, I.P, 2008. V.4.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAIA, Cristina. RIBEIRO, Cláudia Pinto. AFONSO, Isabel. *Viva a História!*. Porto: Porto Editora, 2014.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o luso tropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do Salazar ismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, março/maio 2000.

MOURA, Maria Francisca Canovas de. *Telejornal dos 500 anos: frames de protesto e violência*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2001.

NORRA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História PUC-SP*. Número 10. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PORTILLA, Miguel León. *Visión de los Vencidos: Relaciones Indígenas de La Conquista*. MéxicoDF: Universidad Nacional Autónoma de México, DGSCA, Coordinación de Publicaciones Digitales, 2003.

PROJETO ARARIBÁ. *História*. 3º ed. São Paulo, Moderna, 2010.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; SOUZA, Marcelo de; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SANTOS, José D'Assunção. História Comparada - Um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*. 2007; v. 1: p. 1-30.

SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Nova História da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro 1500-1620*. Lisboa: Editora Estampa 1992.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*. 2007; v. 1: p. 1-23.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VICENTINO, Claudio. *Projeto Radix: História 7ºano*. São Paulo: Scipione, 2012.

## ANEXOS

## Anexo I

doc. 2 **Pescadores.**

Iluminura portuguesa do século XVI. A perseguição a determinadas espécies, como a baleia e o lobo-marinho, levou os pescadores a familiarizarem-se com a navegação longe da costa.

Pintura portuguesa do século XVI que apresenta o convívio da população lusa com o mar (DINIZ et al, 2014, p. 15).

## Anexo II

doc. 4 **Dia de mercado na cidade de Goa.**

Gravura do século XVI. As mulheres representadas com trajes reduzidos são escravas.

Gravura do século XVI representando um dia no mercado de Goa (DINIZ et al, 2014, p. 33)

## Anexo III



Chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil

Pintura de Oscar Pereira da Silva representando a chegada dos portugueses no Brasil (MAIA et al, 2014, p. 21).

## Anexo IV



▲ Dom João I atendeu aos anseios dos grupos mercantis portugueses e estabeleceu um governo forte, ligado aos interesses expansionistas. A iluminura do século XV mostra cena de seu casamento com a princesa inglesa dona Filipa.

Pintura representando o casamento de D. João I com Dona Filipa da Inglaterra (VICENTINO, 2012, p. 113).

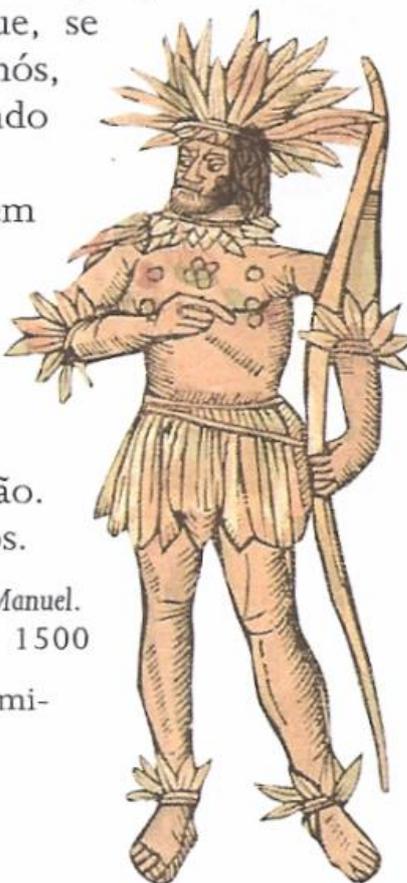
#### doc. 4 A chegada dos Portugueses ao Brasil

E neste dia [22 de abril de 1500] tivemos vista de terra, [...] a que o capitão pôs nome de Terra de Vera Cruz. [...] E quando nos aproximámos seriam já na praia assentados perto de 60 ou 70 homens, que se juntaram ali aos poucos [...].

O aspeto deles é avermelhado com rostos e narizes bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. [...] Alguns andam pintados de cores. [...] Parece-me gente tão inocente que, se nós os entendêssemos e eles a nós, seriam logo cristãos, porque, segundo parece, não têm nenhuma crença.

[...] Eles não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outro animal doméstico; nem comem senão dessas raízes<sup>1</sup> que aqui há muitas e sementes e frutos que as árvores dão. E, no entanto, andam rijos e gordos.

Pero Vaz de Caminha<sup>2</sup>, Carta a el-Rei D. Manuel.



1500

<sup>1</sup> Trata-se da mandioca. <sup>2</sup> Pero Vaz de Caminha era o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral.

#### doc. 5 Ameríndio do Brasil.

Gravura da época.

## Anexo VI

**doc. 3** Um grande engenho de açúcar

O engenho de Sergipe [...] é um dos melhores e mais célebres que tem o Brasil, em razão do sítio em que está no meio dos infinitos canaviais, bem servido por vários rios navegáveis. [...] O engenho, com a sua casa de caldeiras, terras de pasto, cais e levada<sup>1</sup>, com toda a sua escravaria, cobres e muitas outras miudezas [...] vale entre 40 e 50 000 cruzados [...]. De dois em dois anos, é necessário comprar escravos, ao menos cinco peças, em lugar dos que morrem [...]. Para seu comer, se lhes dá uma posta de carne de quando em quando, pelo menos sempre que começa o engenho a moer, assim como pelas festas.

Padre Estevão Pereira, *Descrição da fazenda que o Colégio de Sto. Antônio tem no Brasil*. 1635

<sup>1</sup> Conduta de água para regar os campos e mover o «moinho» da cana.

Trecho de uma descrição do Padre Estevão Pereira sobre engenhos de cana-de-açúcar no Brasil (DINIZ et al, 2014, p.53).

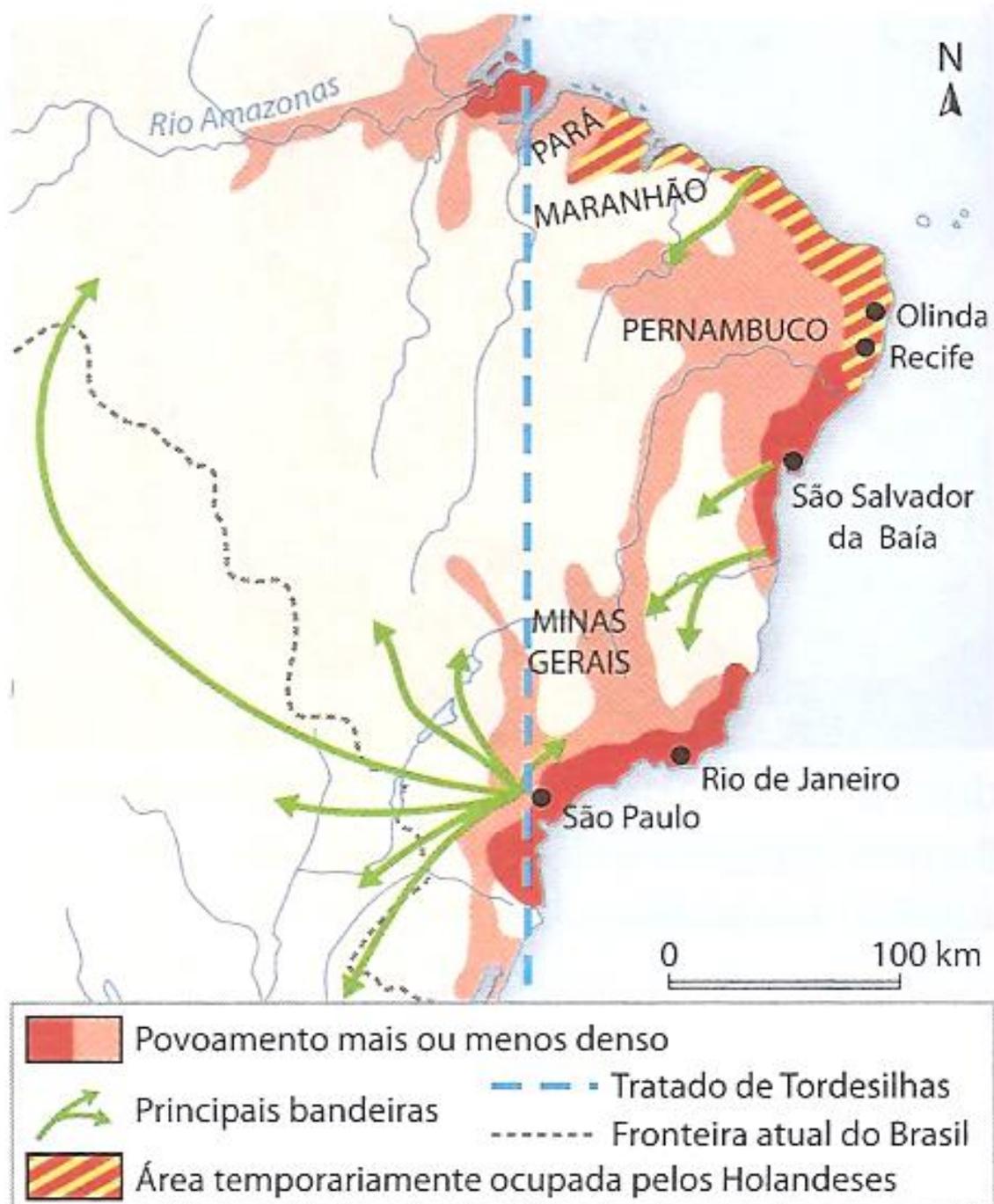
## Anexo VII

**O pau-brasil e a Mata Atlântica**

O pau-brasil, árvore nativa da Mata Atlântica, foi muito explorado pelos colonizadores portugueses durante o período colonial, pois a tinta vermelha extraída dele e a sua madeira eram muito cobiçadas na Europa. A intensa extração dessa madeira e a derrubada de outras árvores para a prática da agricultura causaram a devastação de grandes áreas da Mata Atlântica. O pau-brasil, conseqüentemente, foi quase extinto, restando, hoje, apenas poucas árvores dessa espécie. Por situar-se próximo de grandes aglomerados urbanos, a Mata Atlântica é um dos ecossistemas mais ameaçados de extinção. De sua cobertura original, restam hoje cerca de 7%.

Box com um texto contendo uma breve descrição do prejuízo causado pela extração do pau-brasil nos primeiros anos da colonização do Brasil (PROJETO ARARIBÁ, 2010, p.166).

## Anexo VIII



## doc. 1 A exploração do interior do Brasil (século XVII).

Mapa contendo a área povoada e explorada do território brasileiro pelos portugueses e holandeses durante os séculos XVI e XVII ( DINIZ et al, 2014, P.52)

## Anexo IX

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organiza a sociedade e a economia brasileiras. [...] Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa; indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 31-32.

Os portugueses e os espanhóis transportaram, pelo Atlântico, não apenas mercadorias, mas preocuparam-se também em levar para as colônias objetos, formas, erguendo cidades num esforço para produzir, em quantidade, símbolos de dominação cultural. Era necessário delegar ao emigrado e seus descendentes a identidade que desfrutava como antigo protagonista da cena europeia. O que estava em questão não era apenas a sobrevivência do colonizador, mas também a manutenção de sua plenitude cultural frente ao desafio imposto por outras civilizações. Se tomarmos, por exemplo, as igrejas e todo o trabalho artesanal necessário para construí-las, teremos a medida da força expressiva contida em cada um de seus detalhes e o significado de sua presença na vida colonial.

SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e colonização*. São Paulo: Ática, 1991. p. 10.

Atividade complementar que visa à leitura, compreensão e comparação dos textos pelos alunos sobre a o processo da colonização do Brasil (VICENTINO, 2012, p.214).

## Anexo X

“E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita Bahia. E, portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se possa bem defender e que tenha a disposição e qualidades para aí por o tempo em diante se ir fazendo uma povoação grande e tal qual convém que seja para dela se prove-rem as outras capitanias [...]”

Disponível em [www.maxbusca.com.br](http://www.maxbusca.com.br).

Trecho do regimento de Tomé de Souza referente à sua missão de construir a cidade que deveria ser a capital da América Portuguesa (PROJETO ARARIBÁ, 2010, p.171).

## Anexo XI

“Uma vez um velho índio perguntou-me: Por que vindes vós outros, *maírs* e *pêros* (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a

queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir [...].

Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? — Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes [...] e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. [...]

— E quando morre para quem fica o que deixam? — Para seus filhos, se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes próximos. — Na verdade, continuou o velho [...] agora vejo que vós outros *maírs* sois uns grandes loucos, pois [...] trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! [...] Temos pais, mães e filhos a quem amamos, mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados...”

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil* [1578]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 169-170.

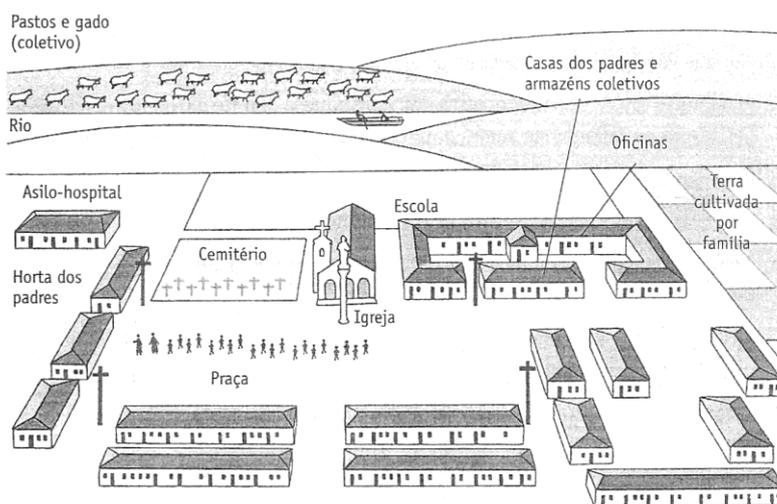
Trecho de uma fala de Jean de Léry sobre seu convívio com os indígenas em sua viagem ao Brasil (PROJETO ARARIBÁ, 2010, p.170-171)

## Anexo XII

## VAMOS TRABALHAR COM IMAGENS

Compare as duas imagens e, depois, responda às questões.

Plano da missão jesuítica de São Borja. Uma das preocupações dos jesuítas era educar e disciplinar as comunidades indígenas, integrando-as ao plano de colonização. Note como o plano de uma missão (denominada redução) era geometricamente organizado, de acordo com uma hierarquia.

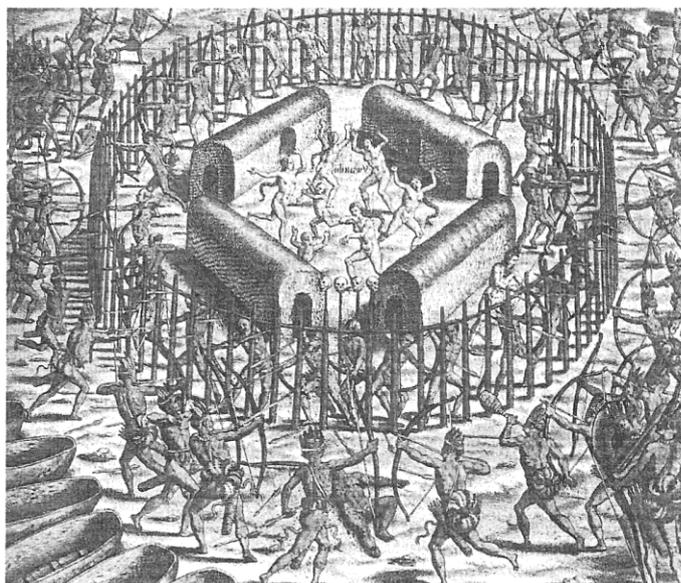


Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

1. Na aldeia indígena, as ocas são dispostas em torno do centro da aldeia. Esse é um espaço comum a todos. No aldeamento, as moradias são distribuídas em fileiras e a igreja passa a ser o ponto central, de onde provém a autoridade e o controle jesuíta.

2. Resposta pessoal. Os alunos podem perceber como a distribuição espacial estabelecida pelos jesuítas representava uma alteração profunda nas relações entre os membros da comunidade: rompe com a percepção de totalidade anterior, e o uso do espaço central coletivo passa a ser regulado por uma autoridade que não emana do interior do grupo.

A gravura de Theodore de Bry, de 1592, mostra o plano de uma aldeia indígena organizada de forma circular, de modo a privilegiar o centro. Embora essa cena represente uma invasão, observe como o centro, graças ao formato circular da aldeia e à disposição das ocas, tornava-se um lugar de encontro e celebração, onde se realizavam suas práticas rituais e culturais.



Museu da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro/Alg. Images/Artintock

1. Quais são as principais diferenças que você pode notar entre a distribuição espacial de uma aldeia indígena e de um aldeamento jesuíta?
2. Com base na resposta dada à pergunta anterior, você saberia dizer o que as reduções ou missões jesuíticas significaram para o modo de vida dos indígenas?

Atividade comparativa entre o modo de vida indígena antes e depois do processo catequizador das missões jesuíticas (VICENTINO, 2012, p.232).